

**PROGRAMA
DO GOVERNO
JOSÉ SERRA**

**TRABALHO E
PROGRESSO
PARA TODOS**

AGOSTO DE 2002

**COLIGAÇÃO GRANDE ALIANÇA
PSDB-PMDB
VICE RITA CAMATA**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. OPORTUNIDADES DE TRABALHO, O GRANDE DESAFIO.....	7
2. ACELERAR O CRESCIMENTO COM ESTABILIDADE.....	13
3. OFENSIVA CONTRA O CRIME	36
4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.....	41
5. UNINDO O BRASIL PELO DESENVOLVIMENTO.....	49
6. UM SÓ PAÍS DE MUITAS FACES.....	57
7. O GOVERNO AO LADO DOS CIDADÃOS.....	68
8. FRONTEIRAS PROTEGIDAS.	74
9. PAZ, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO.....	76
10. UM PROJETO CHAMADO BRASIL.....	79

“O lema de nossa bandeira nunca significou, nem pode significar progresso para alguns e ordem para os demais.

Se o progresso não for para todos, não haverá ordem para ninguém. Progresso para todos significa um crescimento econômico no qual as pessoas vivem sem o medo de perder seus empregos e no qual podem confiar que seus filhos, depois de educados, terão oportunidades para trabalhar e para conseguir uma vida melhor que a dos pais.”

(JOSÉ SERRA, ao assumir a pré-candidatura
a presidente da República, Brasília, 16 de janeiro de 2002)

INTRODUÇÃO

Estas são as diretrizes fundamentais do programa de governo de José Serra. Elas refletem o entendimento do candidato e seus apoiadores sobre os problemas do Brasil e propõem, em termos claros e diretos, o que o futuro Presidente da República pode fazer para enfrentá-los, com a autoridade e os recursos de chefe do governo e o apoio da nação.

O Brasil tem problemas graves: desemprego, falta de segurança, pobreza, desigualdade, desajustes na economia que travam o crescimento do país e o deixam vulnerável às crises que vêm de fora.

Quem pensa que pode governar o Brasil minimizando esses problemas estará enganando ao país ou a si mesmo. Mas quem quiser governar o Brasil olhando só os problemas vai acabar se limitando a repetir o que todos sabem: que os problemas são muitos e graves, sem oferecer soluções viáveis para qualquer um deles.

Este é um país diferente: imenso, diversificado, contraditório e cheio de vitalidade. Um país jovem, em formação, que apenas começa a descobrir sua importância no mundo.

O Brasil é importante, não só porque é grande. Contamos com empresários competentes e com trabalhadores dedicados, cujo empenho e facilidade de aprendizado são mundialmente reconhecidos. Temos um parque industrial que já demonstrou sua capacidade de competir e exportar, desde máquinas agrícolas e aços nobres até aviões. Nossa agropecuária é competitiva e ainda dispõe, para expandir-se, de milhões de hectares de terras férteis sem aproveitamento. Nosso patrimônio histórico, a beleza de nossas praias e reservas naturais e a hospitalidade de nosso povo representam um potencial de turismo ainda longe de ser bem aproveitado. Temos uma massa crítica de cientistas e pesquisadores com uma produção intelectual que já nos permite caminhar com nossas próprias pernas na era da informação e do conhecimento. No século XX, fomos um dos países que mais cresceram no mundo. Temos todas as condições para ocupar novamente nosso lugar nesse pódio no século XXI.

Tudo isso nos permite projetar um Brasil desenvolvido e atuante no cenário internacional. Acima de tudo, somos um país que quer e sente que pode oferecer um futuro de paz, justiça e prosperidade a todos os seus filhos.

José Serra conhece como poucos, tanto os problemas como as potencialidades do Brasil. Não só conhece: tem uma vida inteira dedicada a mudar o país para melhor. Como líder estudantil, professor e pesquisador, secretário, deputado, senador, ministro duas vezes, ele esteve sempre do mesmo lado: no combate ao autoritarismo, ao atraso e às injustiças sociais; na linha de frente dos esforços para fazer o Brasil avançar no rumo da democracia, da justiça social e do desenvolvimento.

Graças à luta de homens como José Serra, o Brasil avançou muito nos últimos vinte anos.

O primeiro grande avanço, nos anos 80, foi o restabelecimento da democracia. Unindo-se, o Brasil conquistou uma nova Constituição, a garantia dos direitos individuais, a ampliação da liberdade de expressão e de organização, a eleição direta de todos os governantes e parlamentares, o estímulo à participação política e ao controle social das instituições públicas.

O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso consolidou essas conquistas e, com tolerância e habilidade, esvaziou as turbulências políticas que poderiam transformar-se em crises institucionais. O Brasil nunca desfrutou de tanta liberdade, por um período tão longo.

O segundo avanço, nos anos 90, foi o controle da inflação e a estabilização da economia. As maiores vítimas da disparada dos preços eram, como sempre, os trabalhadores. A superinflação, que chegou a 80% ao mês, comia um pedaço dos salários a cada dia que passava. Dificultando o cálculo de longo prazo das empresas e a ação programada do governo, ela sufocava as possibilidades de crescimento sustentado da produção e do emprego. Depois de várias tentativas fracassadas, o Plano Real conseguiu derrubar a inflação e mantê-la sob controle. E isto foi feito sem pacotes, sem confiscos e sem jogar o país num mergulho recessivo.

O terceiro avanço foi social. A Constituição de 1988 instituiu novos direitos sociais, atribuindo ao governo obrigações ampliadas. No começo dos anos 90, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, criado por iniciativa do então deputado José Serra, viabilizou a implantação do seguro-desemprego, que tem ajudado a cada ano cerca de 4 milhões de trabalhadores desempregados. O FAT, como é conhecido, tem financiado também programas de qualificação profissional, de intermediação de mão-de-obra e de estímulo a novos empreendimentos que gerem ocupação e renda.

O governo do presidente Fernando Henrique alargou os objetivos da política social, criou novos programas e mudou a forma de realizá-los, descentralizando a execução, buscando parcerias com a sociedade organizada e com o setor privado, e fazendo os recursos chegarem diretamente às famílias e comunidades carentes, sem os desvios do pistolão ou da perseguição política. Apesar das dificuldades orçamentárias, ampliou e melhorou os serviços básicos de educação e saúde, multiplicou os assentamentos rurais, promoveu um salto na difusão da telefonia, antes um serviço de luxo para um número reduzido de brasileiros, e teceu uma rede moderna de proteção para ajudar as famílias mais pobres a recuperarem a auto-estima e a se integrarem no desenvolvimento econômico e social do país.

Apesar dos avanços, é indiscutível que falta muito por fazer. As injustiças da sociedade brasileira são seculares. Não poderiam ser eliminadas em oito anos. A principal dificuldade do Brasil nesse período foi que o crescimento econômico não se acelerou tanto quanto seria necessário para multiplicar as oportunidades de trabalho e os recursos investidos nas políticas sociais. Ainda assim, os fundamentos foram

lançados, tanto para o desenvolvimento econômico, quanto para o desenvolvimento social.

O presidente Fernando Henrique cumpriu um ciclo. Consolidou a democracia, estabilizou a moeda, começou a implantar uma política social moderna. O novo ciclo que se abrirá com José Serra na Presidência vai completar as mudanças econômicas, acelerando o crescimento, e avançar nas mudanças sociais que as pessoas reivindicam e merecem. O sentido geral dessas mudanças foi resumido assim pelo candidato e futuro presidente: “O que o Plano Real fez pela economia, nosso Plano Social vai fazer pelas pessoas”.

O que desejam realmente os brasileiros? O que mais querem as famílias? Querem basicamente três coisas: oportunidades de trabalho, segurança e serviços sociais de boa qualidade. São esses os objetivos centrais do programa do Governo José Serra.

O crescimento econômico é importante para gerar os empregos e para aumentar as receitas fiscais sem aumentar os impostos e a inflação, garantindo o fortalecimento do combate ao crime e a expansão e a qualidade dos serviços públicos .

Para avançar nas mudanças sociais e pisar no acelerador do crescimento, o Brasil precisa superar obstáculos desafiadores. Está pressionado por uma situação internacional instável, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. No futuro, pode avançar, mas pode também andar para trás.

Neste mundo complicado, é decisivo que o próximo presidente da República tenha estatura para ser ouvido com respeito lá fora e tenha pulso firme para fazer as mudanças de que o Brasil precisa aqui dentro, sem aventuras e sem messianismos, num clima de democracia e estabilidade. É indispensável que o próximo presidente conte com maioria no Congresso e apoio na sociedade. E que tenha competência para administrar o dia-a-dia da transição difícil que se avizinha. A trajetória de José Serra demonstra que ele é capaz de representar bem o Brasil no exterior, tem convicções democráticas e sociais, sabe somar forças e reúne conhecimento, experiência e tenacidade para cumprir essas tarefas.

1. OPORTUNIDADES DE TRABALHO, O GRANDE DESAFIO

A criação de mais e melhores oportunidades de trabalho será o primeiro e mais importante objetivo do Plano Social do Governo José Serra. Não só porque o trabalho garante renda e consumo ao trabalhador e sua família, mas também porque valoriza as pessoas e aproveita seu potencial de contribuição para a sociedade. O trabalho faz parte da condição humana. É através dele que o ser humano afirma e desenvolve sua subjetividade criadora, fortalece os vínculos com a sociedade em que vive, sente-se útil e participante.

A doença do desemprego, que aflige o Brasil, tem várias causas. A mais importante é o crescimento ainda lento da economia. Outras causas são:

- a modernização tecnológica e organizacional das empresas, que tem permitido produzir mais com menos trabalhadores;
- a estrutura tributária defeituosa, que favorece as importações, discrimina a produção nacional e estimula as relações informais de emprego, sem carteira assinada e sem direitos garantidos;
- a pouca qualificação profissional da maioria dos trabalhadores, num momento em que aumentam as exigências técnicas dos processos de trabalho;
- a falta de informação sobre as novas tendências da economia e do mercado de trabalho, o que dificulta a requalificação dos trabalhadores, a atualização dos programas de formação profissional e a busca de novas ocupações.

Para gerar mais e melhores oportunidades de trabalho, o Governo José Serra atacará o desemprego por todos esses lados e implementará um conjunto articulado de tratamentos.

Em primeiro lugar, vai fazer as correções de rumo necessárias para que a economia cresça mais e aumente a **procura** por trabalhadores. Aqui fica evidente o sentido social da luta para manter a estabilidade e pisar no acelerador do crescimento. O Brasil precisa crescer mais para que mais brasileiros tenham chance de trabalhar e progredir. E o Brasil decididamente pode crescer mais: **4,5%**, em média, de 2003 a 2006. Isto aumentará a procura de trabalhadores assalariados pelas empresas e ampliará as possibilidades de trabalho autônomo, de criação de microempresas e cooperativas e de expansão da agricultura familiar.

Mas não basta crescer. Para que a procura de trabalhadores seja maior, a composição setorial do crescimento da economia é muito importante. O Governo José Serra estimulará, principalmente, os setores que têm maior capacidade de geração de emprego, como a agricultura, a indústria de construção e o turismo. Além disso, a ampliação dos programas nas áreas de educação e saúde abrirá uma grande quantidade de novos postos de

trabalho. A previsão é que 5,6 milhões de empregos diretos e indiretos sejam criados nesses setores.

Alguns setores da economia são grandes empregadores de mão-de-obra, seja diretamente, seja pelos efeitos em cadeia de seu crescimento. Um estudo recente concluiu que cada R\$ 1 milhão no agronegócio gera 202 postos de trabalho, incluindo trabalhadores rurais propriamente ditos e os empregados na cadeia produtiva que inclui fornecedores de matérias-primas, equipamentos e serviços para a agricultura e os processadores e distribuidores de seus produtos. Em comparação, o mesmo investimento numa montadora de automóveis gera 85 empregos.

Desse modo, um crescimento médio da economia de 4,5% abrirá, no total, cerca de **8 milhões de postos de trabalho** de 2003 a 2006, incluindo empregados diretos e indiretos, empregadores e trabalhadores por conta própria.

Esta é a meta de emprego do Governo José Serra. Ela ultrapassa o crescimento previsto da população economicamente ativa, permitindo absorver os novos trabalhadores e diminuir o desemprego.

Gerar mais postos de trabalho nos setores que mais contratam

Em números redondos:

- 3 milhões de empregos diretos e indiretos na agropecuária;
- 600 mil empregos diretos e indiretos na indústria da construção;
- 850 mil empregos diretos e indiretos na indústria do turismo, com expansão do turismo doméstico e aumento de 5 milhões para 9 milhões da entrada de turistas estrangeiros;
- 730 mil empregos na educação, com a abertura de creches, universalização da educação infantil, expansão do regime de tempo integral para 20% das crianças na educação fundamental e expansão do ensino médio;
- 500 mil empregos na saúde, com o acréscimo de 30 mil equipes ao Programa de Saúde da Família e de 15 mil equipes ao Programa de Saúde Bucal, e expansão do SUS e investimentos do setor saúde em saneamento.

Ampliada a procura, a doença do desemprego precisará ser atacada também pelo lado da **oferta** de mão-de-obra, para que vagas oferecidas pelas empresas não deixem de ser preenchidas porque os candidatos não atendem às qualificações exigidas, e para que oportunidades de criação de pequenos empreendimentos não deixem de ser aproveitadas porque os trabalhadores desempregados não têm a capacidade técnica e gerencial necessária.

O Governo José Serra adotará duas ordens de providências nesse sentido. Para os trabalhadores que já se encontram no mercado de trabalho – empregados ou em busca de uma oportunidade – ampliará os programas de qualificação e requalificação profissional.

A política de qualificação do trabalhador é executada basicamente pelo Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, no qual são gastos anualmente R\$ 400 milhões do FAT.

O PLANFOR criou, no período de 1995 a 2002, uma base institucional – a Rede de Educação Profissional – formada pelo Sistema S, sindicatos, escolas técnicas, universidades e ONGs, capaz de levar a qualificação profissional a pelo menos 85% dos municípios do país.

Dados os recursos disponíveis e a estrutura montada, já é factível atender a todos que venham a demandar qualificação ou requalificação profissional.

Atualmente, o PLANFOR apresenta dois tipos de problemas: falta de avaliação dos resultados e excessiva pulverização da clientela.

Esses problemas podem estar diminuindo a eficácia das ações de qualificação profissional, em termos de sua adequação às reais necessidades do mercado de trabalho.

Para corrigir essa situação, a preocupação básica deve ser focalizar melhor os gastos em clientelas específicas. Além de atender os desempregados que estão recebendo o benefício do seguro-desemprego, o PLANFOR deverá voltar-se para a qualificação nos segmentos que enfrentam maior risco de desemprego:

- jovens em busca do primeiro emprego, especialmente os de baixa escolaridade;
- desempregados de longa duração;
- trabalhadores demitidos do segmento formal e com baixa probabilidade de serem reabsorvidos (em sua maioria, com mais de 40 anos e baixa escolaridade).

Com essa reformulação e os recursos disponíveis, será possível atender a todos os trabalhadores que venham a demandar qualificação ou requalificação profissional.

O Sistema de Apoio ao Trabalhador terá um papel fundamental no direcionamento das ações de qualificação profissional. A captação de vagas junto a empresas é instrumento importante para identificar os requisitos de qualificação de mão-de-obra e, por conseguinte, a natureza e o conteúdo dos cursos. Os beneficiários das ações de qualificação profissional deverão, por sua vez, ser obrigatoriamente cadastrados e acompanhados durante e após o término do treinamento, para permitir a avaliação da efetividade da política.

Para as novas gerações, o Governo José Serra aprofundará as mudanças na educação. Dará um choque de qualidade em todos os níveis de ensino, oferecendo aos professores cursos de atualização e aperfeiçoamento, melhorando sua remuneração, condicionada ao desempenho, e ampliando o equipamento das escolas com laboratórios, bibliotecas e computadores. Preservará a universalização já alcançada do ensino fundamental e caminhará no sentido da universalização do ensino infantil e do ensino médio, para que se estenda o tempo de escolaridade dos futuros

trabalhadores. Oferecerá aos jovens do ensino médio possibilidades de estágio e opções de disciplinas profissionalizantes, e expandirá a educação profissional complementar à educação básica.

Os trabalhadores que desejam trabalhar por conta própria, criar seu próprio negócio, associar-se numa cooperativa ou fundar uma pequena empresa, urbana ou rural, contarão com todo o apoio no Governo José Serra. Milhões de pessoas organizam uma atividade produtiva a partir do que sabem fazer e tiram dessa atividade seu sustento e o de sua família. São pessoas que assumem riscos e que enfrentam, além das dificuldades de capacitação técnica e gerencial, a falta de crédito acessível.

Além de capacitação, será estendido aos microempreendedores um programa de **ampliação da oferta de crédito**, que apoiará a construção de extensa e diversificada rede de instituições capazes de conceder empréstimos a juros baixos e com exigências simplificadas – Bancos do Povo, organizações não-governamentais, sociedades de crédito ao microempreendedor e outras. Aos recursos e créditos do PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, serão acrescidos os destinados ao microcrédito. O Banco do Nordeste, com o programa Crediamigo, e o BNDES vão expandir sua atuação, juntamente com a rede de agentes de crédito popular. No mínimo 1,2 milhão de empreendedores ou microempresas serão beneficiados, em cerca de 1.500 cidades, alcançando o valor de R\$ 1,2 bilhão em operações de microcrédito em 2006.

Ampliada a procura de trabalhadores assalariados, melhorada a qualificação da força de trabalho, facilitado o crédito a pequenos empreendedores, o Governo José Serra cuidará para que as oportunidades cheguem aos interessados. Isto não acontece, muitas vezes, por falta de informações.

O Governo José Serra adotará duas linhas de medidas para aprimorar a circulação de **informações** sobre o mercado de trabalho e o **sistema de intermediação** para colocação de trabalhadores nas vagas disponíveis.

O Ministério do Trabalho, elaborando as informações que já recebe regularmente por força de obrigações legais, divulgará periodicamente um guia das ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, com seus requisitos de formação profissional e de experiência prática. Combinado com estágios e com disciplinas de cunho profissionalizante, esse guia poderá ser uma ajuda valiosa para as opções profissionais dos jovens.

Também serão reformulados os postos do Sistema Nacional do Emprego e os convênios com Secretarias Estaduais do Trabalho, órgãos sindicais e outras entidades públicas e privadas. O objetivo será padronizar, aperfeiçoar e espalhar uma rede de **Postos de Apoio ao Trabalhador**, como porta de entrada de um verdadeiro **Sistema de Apoio ao Trabalhador**. Este incluirá, além da assistência financeira temporária ao desempregado, qualificação profissional e ajuda na obtenção de nova oportunidade de trabalho como assalariado, autônomo ou pequeno empreendedor.

Os **Postos de Apoio ao Trabalhador**, quando plenamente implantados, darão acesso a serviços de documentação (Carteira de Identidade, Carteira

de Trabalho, habilitação para o seguro-desemprego, inserção ou continuidade de contribuição previdenciária), orientação ocupacional e informações sobre acesso a crédito, possibilidades de qualificação profissional e serviços de intermediação.

O grande instrumento para a montagem desse sistema, o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, foi criado e aperfeiçoado por projetos de lei do então deputado José Serra. O gasto anual com o pagamento do seguro-desemprego, garantido pelo FAT, já é da ordem de 0,5% do PIB, representando o maior benefício social do país depois da Previdência.

Seguro-desemprego

Nos últimos oito anos, o governo federal deu passos importantes na gestão das políticas para o mercado de trabalho, promovendo gradualmente a integração entre o pagamento do seguro-desemprego e as ações de qualificação e recolocação de mão-de-obra.

Mas ainda há muito a ser feito e aperfeiçoado. Nos países industrializados que contam com programas integrados de pagamento de benefícios e políticas ativas de emprego, a tendência geral é combinar, cada vez mais, o pagamento do seguro-desemprego à participação em atividades de qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e orientação profissional.

Essa estreita integração de ações precisa ser rapidamente implantada no Brasil, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego,.

Como medidas adicionais, o Governo José Serra trabalhará pela desoneração da folha de salários das empresas e pela reforma da legislação trabalhista, a fim de aumentar o emprego formal. Os direitos básicos dos trabalhadores serão mantidos em lei. Mas a liberdade de negociação e a autonomia sindical serão ampliadas. A **ênfase na negociação coletiva** permitirá avanços na organização sindical de empresários e trabalhadores e viabilizará uma forma mais descentralizada de determinação dos níveis de salário e emprego nos diversos mercados de trabalho.

São os seguintes, portanto, os objetivos fundamentais da política de emprego do Governo José Serra:

- Gerar aproximadamente 8 milhões de novos postos de trabalho, entre 2003 e 2006, acelerando o crescimento da economia para uma taxa média de 4,5% e para taxas mais altas nos setores que empregam mais trabalhadores.
- Expandir e aperfeiçoar os programas de qualificação e requalificação profissional.
- Estender os anos de escolaridade e melhorar a formação cultural e técnica das novas gerações de trabalhadores.
- Ampliar o apoio creditício, técnico e comercial às pequenas e microempresas, urbanas e rurais, ao trabalho autônomo, à agricultura familiar e às verdadeiras cooperativas.

- Criar o Sistema de Apoio ao Trabalhador, oferecendo nos Postos de Atendimento ao Trabalhador, além do pagamento do seguro-desemprego, serviços de documentação, informações sobre o mercado de trabalho, orientações sobre qualificação e requalificação profissional e ajuda na obtenção de nova oportunidade de trabalho, como assalariado, autônomo ou pequeno empreendedor.

2. ACELERAR O CRESCIMENTO COM ESTABILIDADE

Acelerar o crescimento da economia é uma condição necessária para ampliar as oportunidades de trabalho, reforçar a segurança pública e melhorar a vida das pessoas. Por sua vez, manter a inflação sob controle é uma condição necessária para acelerar o crescimento da economia de forma sustentada. De fato, o equilíbrio macroeconômico é a base indispensável tanto de boas políticas de expansão do produto como de boas políticas sociais. O governo que descuidar dessa base vai construir castelos na areia, em prejuízo tanto da economia como das pessoas.

O tripé macroeconômico

Para manter o equilíbrio econômico como base da aceleração do crescimento e da geração de empregos, o Governo José Serra garantirá a manutenção do tripé: regime de livre flutuação cambial, regime monetário baseado em metas de inflação e, sobretudo, o novo regime fiscal marcado pela austeridade, transparência e responsabilidade. Ver, a respeito, o pronunciamento de José Serra na Assembléia do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Fortaleza, março de 2002.

Em relação à austeridade, o governo cumprirá e fará cumprir com rigor a Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei segue diretrizes definidas na Constituição de 1988 por iniciativa do então deputado constituinte José Serra, que foi o relator principal das matérias fiscais e financeiras. É importante lembrar também que a Lei de Responsabilidade Fiscal sucedeu a Lei Camata, cujo projeto foi de iniciativa da então deputada federal e hoje candidata a vice-presidente Rita Camata. A Lei Camata iniciou o controle dos excessos em gastos de pessoal, que eram comuns no Brasil.

Nesses sentidos, serão gerados os superávits primários que forem necessários para manter sob controle o endividamento público e cumprir rigorosamente as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias, já definidas até 2005. O mais importante para o equilíbrio fiscal é traçar um horizonte de redução ao longo do tempo do peso da dívida pública na economia brasileira. O objetivo será permitir uma queda anual na relação entre a dívida pública e o PIB, até que se possa considerar superado o gargalo fiscal. A perspectiva de uma trajetória declinante desse indicador é condição necessária para o Brasil obter a categoria de “grau de investimento” nas agências internacionais de risco, além de remover mais uma restrição à queda contínua das taxas de juros.

Para alcançar esse objetivo, o Governo José Serra fechará a equação fiscal com uma taxa de crescimento elevada da produção, que permita arrecadar mais sem novos ou maiores impostos, e com melhora contínua da qualidade dos gastos. Será dado um choque de eficiência e eficácia na administração pública. A modernização e a informatização da

administração federal serão intensificadas, combatendo-se implacavelmente fraudes, desperdícios e ineficiências, a exemplo do que foi feito por José Serra à frente do Ministério da Saúde.

Removendo os obstáculos ao crescimento

O principal fator que tem limitado o crescimento da economia e das oportunidades de emprego é o elevado déficit em conta corrente do balanço de pagamentos – acima de 4% do PIB e equivalente a cerca de 40% das exportações brasileiras. Esse déficit pressiona a taxa de juros doméstica para cima, freando os investimentos produtivos.

A ponta do barbante para puxar o crescimento será uma contínua e forte elevação do superávit comercial, capaz de diminuir o peso do déficit em conta corrente para algo em torno de 2% até meados da década. Esse resultado, e a equação fiscal apresentada, permitirão reduzir os juros reais para um intervalo de 6% a 7% até meados da década.

Como é óbvio, a elevação do superávit na balança de bens e serviços exige a aceleração das exportações e a substituição de importações. Isto requer, por sua vez, políticas de comércio exterior e industrial ativas.

Ao lado da redução do déficit externo, a reforma da estrutura tributária, a criação de mecanismos adequados de financiamento e a melhoria da infraestrutura serão condições relevantes para retomar um crescimento mais rápido da economia e, conseqüentemente, gerar mais e melhores oportunidades de trabalho.

A batalha do comércio exterior

Todos os esforços do governo, toda a política econômica e a diplomacia nacional deverão voltar-se para uma política de comércio exterior e industrial ativa. Para enfrentar os concorrentes, o Brasil precisa produzir bens e serviços de qualidade, a preços competitivos. E precisa derrubar barreiras alfandegárias e não-alfandegárias às suas exportações.

A estabilização da economia requereu uma mudança cultural. Da mesma forma, a conquista de mercados externos e a substituição de importações exigirão uma mobilização persistente dos três níveis de governo e um grande empenho do setor privado.

Para tornar a ação governamental mais abrangente e efetiva, será criado o Ministério do Comércio Exterior e Desenvolvimento, centralizando tarefas e atribuições que hoje estão repartidas entre vários órgãos.

Os investimentos governamentais na infraestrutura, os incentivos fiscais e o financiamento público (BNDES, Banco do Nordeste e BASA) privilegiarão as exportações e a substituição de importações. Haverá linha de financiamento direto às empresas brasileiras que se instalem no exterior, por ser este um poderoso instrumento de ampliação das exportações brasileiras para mercados relevantes.

Paralelamente, um Instituto de Comércio Exterior, nos moldes existentes em outros países, com financiamento público e privado, manterá técnicos

brasileiros nas grandes praças comerciais do mundo para trabalhar pelas exportações do Brasil.

Será dada prioridade à consolidação do Mercosul como zona de livre comércio, flexibilizando-se a união alfandegária, de forma a permitir que os países-membros possam fazer acordos comerciais com terceiros países.

O Brasil adotará postura agressiva para remover barreiras dos países desenvolvidos às exportações brasileiras. Além disso, explorará todas as oportunidades de expansão das exportações brasileiras de bens e serviços, utilizando, inclusive, instrumentos de negociação como a decisão sobre o padrão a ser adotado no país para a televisão digital.

Conforme detalhado adiante neste programa, atenção especial será dada ao turismo receptivo, área onde o Brasil tem enormes vantagens comparativas subaproveitadas: atraímos somente um quarto do movimento de turistas que se dirigem ao México.

Além disso, o Governo José Serra adotará as seguintes medidas:

- Desonerar tributos nas exportações, em particular aqueles com incidência cumulativa (PIS, COFINS). Até que isso seja feito, será aperfeiçoada a devolução integral (em toda a cadeia produtiva) desses tributos aos exportadores.
- Desburocratizar procedimentos ligados ao comércio exterior, como na simplificação da normatização das operações de financiamento e facilitação de acesso rápido a informações seguras de comércio exterior.
- Aperfeiçoar e coordenar os mecanismos de financiamento e seguro de crédito à exportação e aumentar os recursos para o financiamento às exportações (pré e pós-embarque).
- Reduzir os custos dos investimentos e facilitar as importações de bens de capital, com a isenção de impostos para máquinas e equipamentos sem produção nacional.
- Implantar o Programa de Reaparelhamento e Informatização dos Portos (REPORTO) e avançar na interiorização de entrepostos aduaneiros e portos secos em áreas estratégicas.
- Apoiar a formação e ampliação de consórcios de exportação por médias, pequenas e microempresas, adequando a legislação para a criação de cooperativas de exportação.
- Praticar uma política agressiva de acordos comerciais bilaterais de preferências tarifárias, gerais ou setoriais.
- Fomentar ações de apoio ao desenho industrial e fortalecer o Programa Brasileiro de Design, enfatizando a cooperação entre agências de fomento, entidades tecnológicas setoriais, SENAI e SEBRAE.
- Criar linhas específicas de recursos para promoção comercial de produtos agrícolas e agroindustriais no exterior, tendo como foco principal a agregação de valor e a integração para frente de cadeias agroindustriais.

Substituição de importações

A despeito de o Brasil contar com uma estrutura industrial complexa e integrada, persistem problemas de competitividade em alguns segmentos. Nos setores intensivos em tecnologia (complexo eletroeletrônico, fármacos e química), o Brasil é competitivo na produção de bens finais, mas depende de parcela significativa de insumos e componentes, principalmente os de maior conteúdo tecnológico.

Em segmentos tradicionais (como têxtil, calçados e agroindústria), permanecem os desafios de incentivar o aumento da produtividade e a conquista de mercados, com o variado leque de ações que isso demanda: desenvolvimento de *design*, marcas, logística, acesso a bens de capital, aperfeiçoamento da capacidade de comercialização. Esses setores são fundamentais para a geração de emprego e renda, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, onde se localiza expressiva parcela de seu parque produtivo. Tendo em vista sua importância, o Governo José Serra atuará no sentido de eliminar os gargalos existentes para a sua expansão, começando por uma postura firme visando à eliminação das barreiras às exportações.

O elevado volume de importação de produtos de alta ou média intensidade tecnológica indica haver espaço para a substituição de importações desses bens. Por isso, além de medidas horizontais destinadas a melhorar a competitividade da economia, serão adotadas políticas específicas para setores considerados estratégicos, seja por sua capacidade de gerar superávits ou reduzir déficits na balança comercial, seja porque geram benefícios à competitividade do conjunto das cadeias produtivas, por serem intensivos em tecnologia, ou porque contribuem para elevar o nível de qualificação da mão-de-obra empregada.

Tais políticas compreenderão medidas semelhantes às adotadas em outros países, vigorarão por tempo determinado, serão transparentes e estarão condicionadas ao cumprimento de metas de desempenho.

Ações estratégicas de substituição de importações e de atração de empresas para a produção no Brasil em escala mundial, em segmentos como os complexos eletrônico, fármaco-químico e de software, constituem exemplos importantes das ações que serão empreendidas pelo Governo José Serra.

Em relação ao complexo eletrônico, haverá especial atenção à capacitação de recursos humanos, incentivo a empresas de projetos de circuito integrado e estímulo à produção de componentes microeletrônicos voltados ao mercado externo.

As medidas de atração de investimentos externos em geral e de estímulo a investimentos internos visarão, principalmente, a substituição de importações e o aumento das exportações.

O Governo José Serra cuidará, ainda, que a política de compras governamentais dê preferência para bens e serviços produzidos no Brasil, a exemplo do que acontece na maioria, senão todos os países desenvolvidos.

Reforma tributária

A reforma tributária será uma mudança igualmente fundamental para tornar a economia brasileira mais competitiva e menos vulnerável. O atual sistema tributário brasileiro consegue a proeza de onerar os produtos nacionais mais do que os produtos similares importados, favorecendo a geração de empregos no exterior. Dadas as imperfeições dos atuais mecanismos de devolução, também embute tributos nas exportações.

A reforma a ser promovida pelo Governo José Serra não aumentará a carga tributária, já alta, nem modificará a divisão de competências e receitas entre as diferentes esferas de governo.

O essencial consistirá em eliminar a cumulatividade de tributos como a COFINS, o PIS e a CPMF, que incidem em cascata, prejudicando a produção e as exportações, bem como assegurar a plena restituição dos impostos cobrados ao longo da cadeia produtiva. Isto deverá incluir o ICMS, mediante lei complementar.

Enquanto esse processo não for concluído, deve ser estabelecida o mais rápido possível uma isonomia na tributação de um mesmo bem, seja de origem nacional, seja importado.

Também serão adotadas medidas que diminuam progressivamente o ônus tributário dos empregadores incidente sobre a folha salarial, de modo a estimular a contratação formal de trabalhadores, com carteira assinada.

Essa reforma tributária não pode ser uma tarefa exclusiva do governo federal, pois os estados e prefeituras têm impostos cruciais para a vida produtiva do país. Assim, a reforma tem de resultar de uma ampla articulação das três esferas de governo, por iniciativa do governo federal, a ser concluída no Congresso Nacional.

Financiamento de longo prazo

O crescimento do emprego e da produção requer a ampliação de financiamentos ao investimento de longo prazo. A diminuição da taxa de juros é uma pré-condição para o financiamento de longo prazo, mas não é suficiente.

A oferta de crédito ao setor produtivo no Brasil está aquém do nível necessário para impulsionar nova fase de crescimento sustentado da economia. Os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado em junho de 2002 equivaliam a somente 28% do PIB, proporção bem inferior à média dos países desenvolvidos, superior a 50%.

Além das medidas específicas para os segmentos de habitação e agricultura, abordadas em itens posteriores deste programa, o Governo José Serra adotará medidas que estimulem o crédito e o mercado de capitais, visando suprir as necessidades de financiamento de projetos de infra-estrutura, de atividades de empresas emergentes e em segmentos de elevado risco tecnológico, e a atividade de inversão produtiva em geral, essencial para a geração de empregos.

Será tomada em consideração a agenda contida no Plano Diretor de Mercado de Capitais subscrito por diferentes instituições da área.

Serão prioridades do Governo José Serra em relação ao mercado de capitais:

- Aprovar projeto de lei criando o Título de Participação em Receita de Concessão (TPR), proposto pelo senador José Serra. Esse instrumento possibilita o levantamento de recursos no mercado a custo competitivo e representa uma alternativa às debêntures, que nos últimos anos foram bastante utilizadas no financiamento do setor, mas apresentam a desvantagem de comprometer a capacidade de endividamento do tomador.
- Fortalecer os órgãos reguladores relevantes na matéria, em especial a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dotando-a de recursos humanos e materiais compatíveis com suas responsabilidades, e estreitando a coordenação entre essa instituição, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Isto permitirá obter maior eficiência na regulação através da remoção de entraves burocráticos e conflitos de regras e atribuições entre os órgãos.
- Modernizar a legislação de falências, de forma a melhorar as condições de garantia dos credores, estimular os instrumentos de poupança previdenciária e de longo prazo, inclusive dando tratamento tributário adequado, à semelhança do adotado nas economias mais desenvolvidas.

Como resultado dos estímulos ao financiamento e da redução dos juros, o Brasil terá condições de apresentar nos próximos anos um mercado de capitais de porte compatível com o potencial de sua economia. Isto permitirá elevar a relação crédito/PIB para 40% em meados da década e aumentar a emissão de ações como proporção da formação bruta de capital (FBC), de níveis inferiores a 1% para patamares superiores a 5%.

Do mesmo modo, será possível aumentar a emissão de debêntures como proporção da FBC dos menos de 5% de hoje para mais de 8%.

Infra-estrutura

A aceleração do crescimento da economia não pode prescindir de investimentos em energia, petróleo e gás, comunicações e logística de transportes. Oferta suficiente de infra-estrutura é uma condição indispensável para a expansão sustentada da produção e do emprego, e por isso ocupará lugar central entre as prioridades do Governo José Serra.

Energia

O setor elétrico é o exemplo mais óbvio e urgente do papel dos investimentos em infra-estrutura. Dadas as características desse mercado – a importância da hidroeletricidade, que responde por aproximadamente 90% da geração, a presença de monopólios naturais na transmissão e distribuição, além da essencialidade do produto – a implementação do

modelo elétrico não é tarefa fácil. Requer clareza de objetivos, estabilidade de regras, coordenação e comando.

A recente crise do setor elétrico nacional, causada por uma severa estiagem aliada à escassez de investimentos em ampliação da capacidade instalada, foi superada pela atuação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica e pela notável mobilização da população brasileira.

No entanto, é preciso eliminar qualquer risco de “apagão” num país que quer pisar no acelerador para gerar mais emprego e renda. O aumento da capacidade, especialmente na geração e transmissão, virá como resultado da parceria entre os setores público e privado.

O Governo José Serra buscará a diversificação da matriz energética nacional. A preponderância da energia hidrelétrica no Sistema Interligado Nacional, se por um lado confere vantagem comparativa à indústria nacional, pois é a energia de mais baixo custo, por outro lado cria dificuldades operacionais que não podem ser superadas meramente pelos mecanismos de mercado.

A utilização da geração térmica a gás natural, de forma complementar à geração hidrelétrica, com a finalidade de reduzir os riscos provocados pela incerteza dos regimes pluviométricos, será viabilizada com a negociação de alterações dos contratos de suprimento de gás que se fizerem necessárias.

Fontes alternativas de energia, como vento e radiações solares, que ainda têm custos elevados, continuarão a ser objeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para que possam se viabilizar, sem prejuízo do aproveitamento das vantagens comparativas que a hidroeletricidade confere à economia nacional.

O Governo José Serra ampliará a participação do álcool na matriz energética brasileira. O álcool é outra fonte complementar de energia com tecnologia já dominada pela indústria nacional, que tem inúmeras vantagens conhecidas, sobretudo na geração de empregos, redução da poluição e economia de divisas. Além disso, o firme apoio ao Proálcool cria oferta de combustível – biomassa – para a geração de energia termelétrica no período seco do ano, quando a hidroeletricidade tende a ter seu custo elevado.

Petróleo e gás

O setor de petróleo e gás teve uma expansão acelerada no passado recente. Esse ritmo será mantido nos próximos cinco anos, graças aos 40 bilhões de dólares de investimentos que já estão em andamento. São investimentos com características de longo prazo e, portanto, pouco sensíveis a flutuações conjunturais da atividade econômica.

O Governo José Serra estará atento aos problemas e desafios deste segmento. Na cadeia de combustíveis, é preciso fortalecer a Agência Nacional do Petróleo – ANP e estabelecer regras de transição enquanto prevalecer a situação de extraordinário poder de mercado detido pela Petrobrás, oriundo de um monopólio de fato da oferta de derivados e da infra-estrutura de transportes. Nesta circunstância, os preços dos

combustíveis e do gás para uso doméstico (GLP) deverão ser monitorados pela ANP.

No tocante ao gás natural, será importante a articulação com os governos estaduais, que são os detentores da concessão para a distribuição do produto. Esse entendimento é uma das condições para a meta de expandir o peso deste item na matriz energética brasileira.

O setor de petróleo e gás, diferentemente de outros segmentos relevantes na pauta de importação brasileira, como química e eletrônica, não apresenta restrições técnicas, de escala, nem tecnológicas relevantes para que sua demanda de equipamentos seja atendida por empresas brasileiras. O suprimento doméstico de equipamentos para o setor deverá superar 60%, capaz de reduzir em 2 bilhões de dólares o déficit comercial anual do segmento de equipamentos. Para que isso aconteça, será fundamental rever distorções tributárias, como a dificuldade de operacionalização do regime especial de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Transportes

No tocante ao transporte de cargas, há um enorme salto a ser promovido. Comparativamente aos Estados Unidos, a produtividade da mão-de-obra no transporte de cargas no Brasil é cerca de 5 vezes menor, nosso índice de acidentes 3,3 vezes superior, nossa eficiência energética 30% inferior e o índice de emissão de poluentes atmosféricos, quase 3 vezes maior.

Será preciso convergir gradualmente para uma matriz de transportes mais equilibrada, reduzindo a dependência exagerada do modal rodoviário. Nos Estados Unidos, Canadá e Rússia, o transporte rodoviário é responsável por 26%, 21% e 8% respectivamente do total da carga transportada, enquanto no Brasil este índice passa dos 60%.

O Brasil faz uso limitado de modais mais seguros, menos poluentes e mais eficientes, como o ferroviário e aquaviário, ideais para o transporte de produtos básicos, em altos volumes e a grandes distâncias, típico de nossos principais produtos de exportação. Na média, a produtividade do modal rodoviário é equivalente a 7% do modal ferroviário e 9% do modal aquaviário.

Cabe ao governo federal coordenar os esforços voltados para o planejamento integrado do desenvolvimento dos diversos modais, bem como o estímulo ao transporte multimodal, principalmente nas operações de grande volume.

O Governo José Serra adotará as seguintes estratégias:

Ferrovias

- Avançar na regulamentação da integração da malha. É preciso tornar o transporte ferroviário o modal predominante no escoamento das principais *commodities* para exportação, visando maior competitividade da produção nacional.

- Incentivar o uso de ferrovia para o transporte de passageiros nos centros urbanos, de forma integrada. Estão em execução, com aporte de recursos orçamentários e/ou pelo governo federal, projetos de metrô em sete capitais brasileiras: Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. A elevação desses investimentos será um objetivo prioritário do próximo governo.
- Eliminar gargalos operacionais nas malhas recentemente privatizadas, principalmente no entorno dos grandes centros urbanos, assim como a recuperação e expansão da malha atualmente existente.

Rodovias

- Construir ou reformar rodovias estratégicas (somente para citar um exemplo, a Rodovia Cuiabá-Santarém) e recuperar as condições da malha rodoviária federal, hoje em situação precária.
- Reforçar o papel do governo federal na articulação de blocos de investimentos, para superar os estrangulamentos de transportes metropolitanos, através dos anéis viários.
- Dar continuidade ao programa de concessões de rodovias, sem que isto implique uma desoneração da responsabilidade do setor público pelo investimento nas áreas de baixa atratividade ao capital privado.

A precariedade das rodovias dificulta o escoamento da produção, eleva custos e conspira contra as exportações e a criação de mais oportunidades de emprego. O Governo José Serra realizará um amplo programa de rodovias, utilizando para isso os recursos da CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico referente a combustíveis. A meta é a plena recuperação da malha rodoviária federal através de duas ordens de providências:

- a restauração efetiva de 18 mil quilômetros mais seriamente deteriorados, o que irá consumir o equivalente a 900 milhões de dólares em três anos;
- a conservação de toda a atual malha de 53 mil quilômetros, o que irá requerer a aplicação anual do equivalente a 160 milhões de dólares.

Hidroviias

- Aperfeiçoar a regulamentação que prevê o uso múltiplo das águas e promover os investimentos em terminais, sistemas de sinalização e dragagem, necessários para aproveitar o enorme potencial do modal hidroviário, especialmente na conexão do corredor de exportação entre o Centro-Oeste e o Norte do país.
- Capacitar e buscar maior integração da agência regulatória do setor com os órgãos diretamente responsáveis pela preservação ambiental.

Aviação

- Agilizar os procedimentos aduaneiros e dar continuidade à expansão da infra-estrutura dos aeroportos. Nos últimos anos houve uma notável modernização dos aeroportos das capitais brasileiras, inclusive do Norte

e do Nordeste, fator importante da estratégia voltada para a dinamização e ampliação do setor de turismo.

Portos

O desenvolvimento da infra-estrutura portuária deve ser pensado de forma integrada com o conjunto dos modais de transportes, visando criar vantagens ao comércio exterior. Nos últimos anos a União investiu R\$ 1,5 bilhão no setor, direcionados, principalmente, à ampliação, recuperação e melhoramentos da infra-estrutura e às dragagens de aprofundamento do calado dos portos. Mencione-se, como exemplo, a construção do porto de Pecém e as ampliações dos portos de Suape, Sepetiba, Santos-Tecon 2 e Rio Grande.

O Governo José Serra avançará na proposição de soluções institucionais que viabilizem os ganhos de produtividade necessários a uma redução dos custos de movimentação portuária. Tal vantagem competitiva é fundamental, entre outras coisas, para o desenvolvimento da navegação de cabotagem, ampliando as alternativas de transporte da produção destinada ao mercado interno.

Telecomunicações:

Embora novos problemas e grandes desafios tenham ainda de ser enfrentados, o setor de telecomunicações é um exemplo de estratégia bem sucedida de reestruturação e privatização, reconhecida internacionalmente (ver relatório da União Internacional de Telecomunicações).

Precedida pela definição do marco regulatório, a privatização permitiu que, já em junho de 2001, fosse superada a meta de 40 milhões de acessos de telefonia fixa instalados, e que se atingisse 26 milhões de acessos em serviço de telefonia móvel. Tais estatísticas eram impensáveis há menos de 10 anos atrás e beneficiaram principalmente as classes de menor renda: o percentual de lares da classe D com linhas instaladas, que era insignificante em 1997, saltou, em 2001, para 43% na Região 1 (Sudeste, exceto São Paulo, Nordeste e Norte, exclusive Acre e Rondônia), para 67% na Região 2 (Centro-Oeste, Sul, Acre e Rondônia) e para 65% na Região 3 (Estado de São Paulo).

A agenda do setor para os próximos anos envolve, por exemplo, a necessária articulação da política de telecomunicações com as políticas tecnológica, industrial e de comércio exterior. Um exemplo disso é a definição do padrão tecnológico da TV digital e a gestão da universalização dos serviços de telecomunicações, tendo em vista a eliminação da exclusão digital.

O Governo José Serra empreenderá todos os esforços para garantir o contínuo avanço tecnológico e os investimentos na infra-estrutura dos setores de telecomunicação, internet, comunicação de massa e postal. Mas, com igual empenho, mobilizará as energias do setor público e da sociedade civil para que trabalhadores, pequenos empresários e estudantes de baixa renda, entre outros segmentos sociais, não sejam excluídos do mundo digital e de suas conquistas.

Gerando mais empregos

A estratégia econômica delineada acima permitirá, **até 2006**, reduzir o déficit em conta corrente de mais de 4% para cerca de 2% do PIB, financiável pelos investimentos externos atraídos pelas novas perspectivas de crescimento da economia. Isso permitirá reduzir substancialmente a taxa de juros, elevando o investimento produtivo e viabilizando a meta de um crescimento médio do PIB da ordem de 4,5% ao ano.

Esse cenário é viável. Apesar da perturbação em alguns preços isolados, a estabilidade se mantém e a responsabilidade fiscal se consolidou. O crescimento do conjunto da economia permitirá expandir a oferta de empregos, que será maior estimulando-se os setores que empregam mais intensamente força de trabalho.

Daí a importância de segmentos como a agricultura, construção, turismo, saúde e educação. Relevantes em si mesmos, pela importância dos bens e serviços que fornecem, estes segmentos assumem um papel muito especial na estratégia de ampliar as oportunidades de trabalho.

Agricultura

O setor agropecuário tem desempenhado um papel central na economia brasileira. O crescimento sustentado, indispensável para a geração de empregos, depende deste setor. O agronegócio é um grande trunfo do país para promover o seu desenvolvimento econômico e social, gerando emprego, renda, exportações e interiorizando o desenvolvimento.

A política agropecuária estará no centro da formulação econômica. As significativas transformações que ocorrem no setor, resultam da capacidade empreendedora do setor privado, mas a política agrícola tem um papel fundamental.

A agropecuária representa 8,3% do PIB. Quando se inclui o conjunto da cadeia produtiva, isto é, os fornecedores e os processadores de produtos primários, o peso do setor chega a 29% do PIB. Sua contribuição é fundamental em quatro aspectos. Em primeiro lugar, o setor é responsável por 26% da População Economicamente Ativa (PEA) e tem condições de absorver direta e indiretamente contingentes muito maiores.

Em segundo lugar, é o pilar mais importante do esforço de estabilização. Basta lembrar que, no período entre janeiro de 1995 e março de 2002, os preços do conjunto dos alimentos variaram 36 pontos percentuais abaixo da inflação geral medida pelo INPC. No período de 1975 a 2000, os preços reais de uma cesta representativa de alimentos caíram em média 5% ao ano.

Em terceiro lugar, a agropecuária tem sido essencial para o desempenho da balança comercial brasileira, especialmente depois da mudança do regime cambial em 1999: em 2001, o superávit comercial do setor foi da ordem de 19 bilhões de dólares. Isto aconteceu graças ao aumento das exportações (como nos casos de carnes e soja) e à substituição das importações (como nos casos do milho, algodão e pescado).

Em quarto lugar, o dinamismo das cadeias agroindustriais contribui para a integração nacional e para a interiorização do desenvolvimento. A expansão da fronteira agrícola promove o surgimento de cidades e seu crescimento, como no sul do Paraná, no oeste da Bahia e no Mato Grosso, ocupando espaços vazios e diminuindo o enorme desnível em termos de desenvolvimento regional.

A política do Governo José Serra terá em vista a possibilidade efetiva que o Brasil tem, de assumir em curto prazo uma posição de liderança na produção mundial de alimentos. Para tanto, dispomos de:

- 90 milhões de hectares de áreas não utilizadas economicamente, excluídas todas as reservas e parcelas de terras preservadas e a serem preservadas;
- enorme potencial de ganhos de competitividade mediante a construção e melhoria da infra-estrutura e maior difusão de novas tecnologias;
- quase um quinto de toda a água doce do planeta;
- condições de solo e clima excepcionalmente favoráveis;
- quadros técnico-gerenciais e agricultores de alta qualidade, além de mão-de-obra abundante.

É um equívoco comum enfatizar-se um suposto dilema entre o mercado externo e interno. Segundo essa visão, seria necessário primeiro resolver o problema da fome no Brasil para depois exportar. No entanto, quando o país exporta, gera renda e emprego e atenua o gargalo das contas externas, tornando possível combater a pobreza e a fome sem o artificialismo de medidas insustentáveis ou paternalistas. A fome e a pobreza se combatem principalmente com o aumento da renda real das pessoas.

Além da reforma tributária, que é fundamental para tornar a economia brasileira e o setor agropecuário mais competitivos, a política agrícola do Governo José Serra se desdobrará em cinco áreas:

- acesso aos mercados mundiais mediante o combate ao protecionismo, aos subsídios e às barreiras comerciais de toda natureza;
- financiamento e seguro agrícola adequados;
- apoio à agricultura familiar;
- melhoria da infra-estrutura para a diminuição do Custo Brasil;
- geração e difusão de tecnologias novas e adequadas.

Combate ao protecionismo e acesso aos mercados

O Governo José Serra atuará de forma agressiva e organizada nos fóruns de negociações multilaterais de comércio, com ênfase na Organização Mundial de Comércio e nos principais blocos econômicos, para melhorar as condições de acesso dos produtos brasileiros a novos mercados consumidores. Além disso, aproveitará as possibilidades de acordos bilaterais mutuamente vantajosos com países como a Rússia, a China e a Índia.

Os objetivos serão:

- Eliminar os subsídios dos países desenvolvidos às exportações de produtos agrícolas.
- Remover as barreiras à entrada de produtos brasileiros nos mercados dos países desenvolvidos, como a tarifa específica sobre o suco de laranja exportado pelo Brasil para os Estados Unidos.
- Reduzir e se possível eliminar os mecanismos domésticos de apoio aos produtores dos países ricos que gerem distorções de preço no mercado internacional. São flagrantes os casos da sustentação artificial dos preços da soja e do algodão nos Estados Unidos, ou do açúcar de beterraba na União Européia. O Governo José Serra adotará as seguintes medidas adicionais para tornar mais efetiva a presença brasileira no comércio exterior.
- Criar um Conselho Permanente para Negociações Internacionais, formado por especialistas da iniciativa privada, acadêmicos reconhecidos e técnicos do governo, para fortalecer nossa preparação e a mobilização nacional em torno do assunto.
- Criar a Agência Nacional de Defesa Agropecuária, com o objetivo de coordenar os esforços e agilizar a regulamentação dos programas plurianuais de controle e erradicação de doenças em animais e vegetais. A defesa sanitária e a inocuidade de alimentos são aspectos fundamentais para a expansão internacional do agronegócio brasileiro.
- Criar um sistema de garantia de qualidade dos produtos agropecuários, incluindo programas de melhoria da embalagem e padronização de produtos vegetais e animais, de forma a proteger e promover a marca Brasil.
- Implantar o Programa Nacional de Controle de Qualidade e Rastreabilidade de Alimentos, com a finalidade de normalizar os padrões de qualidade física e química de todos os tipos de alimentos, tendo como referência os padrões aceitos internacionalmente, propiciando ao mesmo tempo segurança para os consumidores domésticos e viabilizando a exportação de excedentes para mercados exigentes. Nessa linha, será reforçada a capacidade de fiscalização da defesa sanitária e dos órgãos estaduais e municipais de inspeção e fiscalização, além do combate sistemático à produção e comercialização de produtos clandestinos.

Financiamento e seguro agrícola

O financiamento adequado ao setor não exige apenas menores taxas de juros e aumento da oferta de crédito. Requer também a simplificação do sistema de financiamento e a criação de condições para o acesso dos agricultores às linhas de crédito existentes.

O Orçamento federal tem subsidiado a taxa de juros paga pela agropecuária, que tem sido bem mais baixa do que para o resto da economia.

O BNDES desempenha hoje um papel importante no financiamento a projetos da agropecuária, para onde vão 29% dos desembolsos, incluindo os recursos para o MODERFROTA. Este programa cumpre um papel importante no esforço de modernização da agropecuária, revertendo um ciclo de envelhecimento da maquinaria agrícola no país.

O Governo José Serra avançará nos seguintes pontos:

- Implementar um novo programa de seguro da renda rural, com o objetivo de garantir maior estabilidade da renda e do emprego na agricultura, especialmente nas regiões e culturas mais sujeitas às calamidades climáticas. Para que a adoção do mecanismo seja viável, o governo ficará incumbido de parte do prêmio cobrado dos produtores segurados. Tal encargo poderá ser coberto pelo redirecionamento da política de crédito agrícola do governo federal, que envolve gastos anuais para equalizar taxas de juros, garantir o pagamento de preços mínimos, apoiar a comercialização e garantir a armazenagem da safra.
- Criar o Fundo de Aval. Ele representará um apoio importante para os agricultores familiares que, hoje, não conseguem captar mais da metade da oferta de crédito disponível pelo PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.
- Modernizar o sistema de comercialização, de modo a estimular o uso de instrumentos novos que permitam mais transparência e protejam a formação de renda do produtor.
- Utilizar novos instrumentos financeiros com a possibilidade de venda antecipada de parte da produção e administração de risco, como contratos futuros e derivativos.

Apoio ao pequeno produtor

Como reforço ao desenvolvimento da agricultura familiar, o Governo José Serra dará grande prioridade à expansão das ações do recém-criado Banco da Terra, que já concedeu financiamento para cerca de 50 mil famílias comprarem pequenas propriedades a juros prefixados de 4% ao ano, com prazo de até 20 anos. Do mesmo modo, serão ampliados os mecanismos de comercialização, de forma a facilitar ao pequeno agricultor o acesso ao consumidor final.

Será incentivada a extensão rural, repassando recursos para associações e cooperativas de agricultores, que ficarão responsáveis por financiar contratação de assistência técnica pelo produtor.

Será ampliado e aperfeiçoado o PRONAF, corrigindo os problemas existentes na garantia de assistência técnica e assegurando formas de acesso dos agricultores familiares ao crédito.

Em relação ao cooperativismo rural, que envolve mais de 800 mil pessoas, serão adotadas as seguintes medidas de apoio:

- Implementar e expandir o recém-lançado Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP). Este programa concentra esforços no incremento de

competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas, mediante a modernização e verticalização (com agregação de valor) do sistema de produção e comercialização. O Plano Agrícola e Pecuário 2002/03 alocou R\$ 250 milhões ao PRODECOOP, com um limite de financiamento de R\$ 20 milhões por cooperativa, com juros fixos de 10,75 % ao ano e um prazo de pagamento de 12 anos.

- Apoiar de forma incisiva as exportações das cooperativas, desenvolvendo ações específicas para trazer mais cooperativas, novos produtos e maior valor agregado ao comércio externo de agronegócio.
- Eliminar formas de bi-tributação que prejudiquem esse segmento.
- Encaminhar ao Congresso projeto de lei que regule o crédito cooperativo, o que poderá ser feito uma vez aprovada proposta de emenda do senador José Serra, que modifica o artigo 192 da Constituição.

Infra-estrutura

Nessa área, será dada prioridade ao escoamento da produção para exportação via corredores intermodais. Serão executadas, entre outras, as seguintes obras:

- conclusão da pavimentação da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163);
- conclusão da Ferronorte até Porto Velho, Rondônia;
- conclusão da Ferrovia Transnordestina;
- implantação da Hidrovia do Araguaia-Tocantins;
- conclusão da Hidrovia do São Francisco e sua interligação com a ferrovia Transnordestina;
- pavimentação da BR 267 de Jardim até Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul;
- continuidade da construção da Ferrovia Norte-Sul;
- construção da BR 70 entre Cáceres no Mato Grosso e a fronteira com a Bolívia.

Política tecnológica

A principal prioridade será fortalecer a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), notável agência de pesquisa, que tanto benefício trouxe para o desenvolvimento do país. Será ampliado também o investimento em pesquisa e desenvolvimento, inclusive mediante parceria entre o setor público e o setor privado.

O investimento público, que elevou o Brasil à condição de líder mundial em tecnologia tropical e subtropical, equivale hoje a 1,5% do PIB agrícola do país. Os gastos de nossos concorrentes mais ricos representam de 2,5% a 3% da soma de bens e serviços do segmento.

O Governo José Serra aumentará os investimentos em pesquisa agrícola para R\$ 2,5 bilhões por ano, equivalentes a cerca de 2% do PIB agrícola nacional.

Para chegar a este resultado, a estratégia será aprofundar as parcerias com o setor privado, que tem interesse em caminhar junto com empresas públicas eficientes como a Embrapa, através das seguintes medidas:

- Criar estímulos para que o setor privado invista mais em pesquisa.
- Promover o aprimoramento de agentes regionais e locais de inovação, como organizações estaduais de pesquisa, universidades e setor privado.
- Estimular mecanismos de capital de risco para reduzir o custo do crédito para inovação, como forma de viabilizar empreendimentos de base tecnológica.
- Integrar a geração de tecnologia a mecanismos de viabilização de novos negócios.

Construção civil

O desenvolvimento deste setor envolve alguns dos objetivos mais importantes do Governo José Serra: geração de empregos, infra-estrutura para o desenvolvimento e combate às desigualdades. Será dada prioridade a três subsetores: construção de moradias, saneamento básico e transporte urbano.

Habitação

A redução significativa da taxa de juros representará um impulso fundamental para reativar o setor de construção no Brasil. A seu lado, a destinação de maior volume de recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, do FGTS, do FAT, além do próprio orçamento da União, junto com os recursos de estados, municípios e do setor privado, irá permitir uma oferta de crédito ou de recursos a fundo perdido capaz de revitalizar o setor.

Segundo estimativas do último Censo, cerca de 1,3 milhão de moradias são construídas por ano no Brasil, muitas delas bastante precárias. O Governo José Serra impulsionará o financiamento da construção de 200 mil moradias adicionais por ano, até 2006, e elevará para R\$ 4 bilhões os recursos do FGTS para financiar a compra de material de construção destinado à reforma ou à edificação de residências e à regularização fundiária.

Será implantado também o projeto de vilas rurais, nos moldes desenvolvidos pelo governo do Paraná.

Para viabilizar empreendimentos e financiamentos acessíveis às famílias de mais baixa renda, será implementada uma política nacional de subsídio habitacional, integrando recursos da União, dos estados e dos municípios.

Os estados, municípios, cartórios de registro de imóveis e entidades da sociedade serão convocados para um mutirão de regularização fundiária de pelo menos 1,5 milhão de moradias e de urbanização de bairros e

assentamentos informais e irregulares, incluindo a realocação dos que estão em áreas de risco ou de proteção ambiental.

Paralelamente, com vistas a dinamizar a construção de moradias pelo SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, o governo proporá ao Congresso um incentivo de imposto de renda que deduza os juros da compra financiada de casa própria.

Outra questão que preocupa com razão esse setor é o fato de que apenas um terço do saldo dos empréstimos da caderneta de poupança está sendo aplicado no financiamento habitacional. O Governo José Serra adotará medidas para elevar gradualmente essa proporção.

Para encaminhar essa e outras tarefas, coordenando as ações do governo na área da moradia, será criada uma Secretaria Especial de Habitação, vinculada à Presidência da República.

Saneamento básico

As ações de saneamento básico afetam positivamente a saúde e a qualidade de vida das pessoas e evitam impactos altamente negativos no meio ambiente, em especial a poluição dos recursos hídricos.

Como ministro da Saúde, José Serra ampliou fortemente os investimentos em saneamento básico em municípios com até 30 mil habitantes, ou com IDH – Índice de Desenvolvimento Humano abaixo de 0,5. Esses investimentos, de R\$ 165 milhões em 1997, passaram para um R\$ 1,4 bilhão em 2001. De 1998 a 2001, cerca de 1,3 milhão de famílias, em 2.134 municípios, estão sendo beneficiadas com tratamento de água e mais de 460 mil famílias, em 806 municípios, com esgotamento sanitário.

No entanto, há muito mais a fazer, sobretudo nas áreas urbanas mais pobres. E é urgente preservar e recuperar o patrimônio hídrico do Brasil.

As metas do Governo José Serra na área de saneamento serão:

- Elevar de 89% para 100% os serviços públicos de água potável, como também atender, com água sanitariamente segura, as populações residentes em aglomerações rurais.
- Aumentar de 47% para 80% a percentagem da população urbana com acesso a rede de esgotamento sanitário.
- Dobrar o volume de tratamento de esgoto no país, elevando o índice de tratamento de 20% para 40% do esgoto urbano coletado.

Para avançar na direção dessas metas, o Governo José Serra terá como prioridades:

- Aprovar o novo marco jurídico do setor de saneamento, definindo a participação dos municípios e estados na titularidade para a concessão dos serviços.
- Executar obras de saneamento básico em todo o país, investindo cerca de R\$ 18 bilhões, com recursos do governo federal, do FGTS, BNDES, de organismos internacionais, dos estados e municípios, e das companhias de saneamento. Dos R\$ 18 bilhões, R\$ 3 bilhões serão destinados para

ações de saneamento ambiental na área da saúde, com prioridade para a região Nordeste.

- Estabelecer, para as companhias e concessionárias de água e esgoto, uma política específica destinada à população urbana pobre, incluindo: política tarifária adequada e tarifa social, com subsídio direto ao consumo; assistência técnica à complementação e adequação das instalações dentro dos domicílios, como reservatórios de água e sanitários.
- Adotar, por etapas, metas economicamente viáveis de despoluição dos rios, de forma integrada com a política de recursos hídricos.

As medidas serão operacionalizadas por intermédio das concessionárias e prefeituras, como forma de ampliar os esforços da capacidade de tratamento dos esgotos sanitários.

Transporte urbano

Ao lado das ações de habitação e saneamento, terão prioridade os investimentos em transporte urbano, com os objetivos de gerar empregos, reduzir a poluição e o desperdício de tempo e combustível.

Serão metas do Governo José Serra, a serem implementadas em conjunto com estados e municípios:

- Ampliar as linhas de metrô nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo, Recife, Salvador e Fortaleza.
- Melhorar os sistemas de trens urbanos existentes, transformando-os gradualmente em sistemas metroviários.
- Construir corredores de ônibus nas principais cidades brasileiras.

Turismo

O setor de turismo terá um importante papel na geração de empregos e ingresso de divisas, assim como no incentivo à proteção do meio ambiente e do patrimônio arquitetônico do país.

Estima-se que, para cada 16 mil reais gastos por um turista estrangeiro, seja gerado um emprego direto no setor. Além disso, a expansão do turismo permite criar empregos em regiões menos desenvolvidas e ampliar as oportunidades de primeiro emprego e de empregos sazonais e em tempo parcial, para pessoas com outras ocupações. O potencial turístico do Brasil é claramente subaproveitado. Basta lembrar que o país tem recebido cerca de um quarto do número de turistas que visitam o México a cada ano, embora tenha muito mais beleza e diversidade naturais.

O Governo José Serra perseguirá duas metas para o turismo brasileiro: atingir a marca de 9 milhões de turistas estrangeiros no final de 2006 e obter um ingresso anual de divisas de 7 bilhões de dólares.

Para isso, será necessário:

- Aumentar o investimento em *marketing* e promoção do destino Brasil, chegando à marca de 84 milhões de dólares por ano contra 24 milhões de dólares atualmente, respondendo o governo federal por metade do valor.
- Incentivar o aumento da participação de vôos *charter*, que são o principal fator de sucesso para o turismo, permitindo a parceria entre os promotores e o local de destino.
- Vincular as ações pró-turismo a uma agência específica, vinculada ao Ministério do Comércio Exterior e Desenvolvimento.
- Organizar esquemas especiais de segurança nas áreas turísticas das principais cidades receptoras de turistas estrangeiros, especialmente o Rio de Janeiro.
- Fortalecer o Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
- Expandir os programas de infra-estrutura básica, especialmente a segunda fase do PRODETUR.
- Adequar as condições de financiamento do BNDES ao setor de turismo, principalmente com vistas a possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores de turismo ao crédito e ampliar o esforço de treinamento e capacitação profissional para o turismo com a utilização de recursos do FAT.
- Implantar uma Política Nacional de Programas Unificados de Capacitação de Recursos Humanos para o Turismo.
- Promover a marca Brasil, no caso do turismo receptivo internacional.
- Investir no desenvolvimento do turismo cultural por meio da revitalização dos principais conjuntos históricos urbanos, rurais e sítios arqueológicos de 27 localidades brasileiras.
- Aprofundar as ações do programa brasileiro de Combate à Exploração do Turismo Sexual Infante-Juvenil, considerado modelo pela Organização Mundial de Turismo.

O Brasil do futuro: inovação, ciência e tecnologia

O Brasil deve investir no futuro. Sua inserção competitiva em uma economia globalizada e intensiva em conhecimento requer uma política séria e sistemática de apoio à ciência, tecnologia e inovação. A ênfase nesta última requer, por sua vez, uma grande aliança Universidade-Empresa para o desenvolvimento tecnológico do país.

Uma atenção bem maior vem sendo dada à inovação. Ainda assim, falta muito para que essa postura penetre no dia-a-dia das empresas e se mobilizem todos os instrumentos de governo nessa direção. O Governo José Serra vai conferir especial atenção a esta área, fundamental para o aumento da competitividade da produção nacional e diversificação da pauta de exportação.

Serão mobilizadas as competências empresariais e acadêmicas para criar condições estruturais de competitividade. Além da articulação entre empresas e entre universidades e empresas, o governo investirá na infra-

estrutura tecnológica de suporte à competitividade. Serão realizados investimentos nas tecnologias industriais básicas – TIB, compreendendo ações nos campos de metrologia, normalização, avaliação de conformidade, tecnologias de gestão, informação tecnológica e propriedade intelectual.

Atenção especial será dada ao capital de risco, forma de financiamento especialmente adequada para pequenas e médias empresas de base tecnológica. Embora muitas das pré-condições para o florescimento da atividade de capital de risco estejam presentes no Brasil, falta uma estrutura institucional abrangente e coerente, capaz de unir os agentes que desejam participar desse mercado. Para criar essa base, será mobilizada a FINEP, o BNDES e a CVM, ampliando as ações dos Projetos Inovar e do BNDESPAR, bem como as iniciativas já em curso no próprio mercado acionário, a exemplo do Novo Mercado.

Adicionalmente, será consolidado o apoio às incubadoras de base tecnológica e a um conjunto de parques e pólos tecnológicos que tenham viabilidade econômica, e que possam representar ruptura das condições atuais.

Metas:

- Ampliar o gasto total (público e privado) em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB de 1% em 2002 para 1,32% em 2006, compatível com a obtenção de um percentual de 2% do PIB em 2012.
- Ampliar o gasto público em pesquisa e desenvolvimento dos atuais R\$ 8,5 bilhões para mais de R\$ 11 bilhões em 2006.
- Garantir as condições para que o gasto privado em pesquisa e desenvolvimento cresça dos atuais R\$ 5 bilhões para mais de R\$ 9,7 bilhões até 2006.
- Atingir em quatro anos a concessão anual de 1 bilhão nas linhas de crédito equalizado para atividades de Pesquisa&Desenvolvimento.

Medidas:

- Utilizar plenamente os instrumentos da lei 10.332 de 2001 (equalização de juros e subvenção) nos empréstimos da FINEP e em operações conjuntas BNDES-FINEP.
- Reforçar os recursos da FINEP, através de aportes do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento e de outras fontes.
- Fortalecer os programas específicos de suporte à inovação voltados à exportação, como Progex (Programa de Apoio Tecnológico à Exportação), ampliando sua base de atuação regional e o número de setores e empresas atendidas.
- Estruturar pelo menos 100 grandes projetos mobilizadores e estratégicos entre universidades e empresas, na forma de consórcios pré-competitivos, redes e arranjos institucionais novos de suporte à competitividade.
- Expandir e modernizar a infra-estrutura tecnológica de suporte à competitividade (TIB) e à capacitação de recursos humanos.

- Fortalecer a infra-estrutura, a capacitação dos recursos humanos e a capacidade de ofertar serviços dos Institutos Tecnológicos, do Senaitec, das Entidades Tecnológicas Setoriais – ETS e dos Centros e Laboratórios Universitários.
- Dotar o Instituto de Propriedade Intelectual – INPI de condições efetivas de funcionamento e prestação ágil do conjunto de serviços relacionados ao registro e licenciamento da propriedade industrial.
- Reforçar o projeto Inovar da FINEP, ampliando as ações de sua incubadora de fundos, do portal Capital de Risco Brasil e da rede Inovar de prospecção e desenvolvimento de negócios.
- Integrar as ações de suporte a capital de risco da FINEP e do BNDESPAR, e atualizar as regras da CVM acerca de fundo de empresas emergentes.
- Ampliar dos atuais 100 para 200 Arranjos Produtivos Locais (Sistemas Locais de Inovação) apoiados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, como uma das formas de regionalizar o gasto em Ciência, Tecnologia & Inovação.
- Selecionar e apoiar a implantação de cinco Grandes Parques Tecnológicos no país.

3. OFENSIVA CONTRA O CRIME

A falta de segurança tornou-se um grave problema social no Brasil. A violência, principalmente nas grandes cidades, aumentou a ponto de todas as famílias, ricas e pobres, sentirem-se ameaçadas no patrimônio, na liberdade de ir e vir e na própria vida. As perspectivas de desenvolvimento social e econômico de milhões de brasileiros ficam comprometidas quando quadrilhas de criminosos tentam se estabelecer como um poder paralelo em bairros inteiros ou em áreas de fronteira.

A estrutura tradicional da segurança pública, ao mesmo tempo descentralizada e federalizada, funcionou mais ou menos adequadamente enquanto o crime era um problema eventual, desorganizado, descontínuo no tempo e no espaço. A entrada em cena do crime organizado, principalmente em torno do tráfico de armas e de drogas, colocou em cheque essa estrutura. Sozinhas, as polícias estaduais não conseguem enfrentar a organização desverticalizada das quadrilhas, sua grande mobilidade dentro do país, os vínculos com o exterior e o uso crescente de armas pesadas. Essa ameaça exige a presença mais atuante do governo federal, coordenando um sistema nacional de inteligência e operações policiais conjuntas.

A fim de desempenhar adequadamente esse papel, o Governo José Serra criará o Ministério da Segurança Pública, ao qual ficarão subordinadas a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

O Ministério da Segurança Pública

Incumbirá ao novo ministério organizar o Sistema Nacional de Segurança Pública, integrando as ações dos demais órgãos e programas federais e atuando de forma articulada com as autoridades estaduais.

A missão principal do Ministério da Segurança Pública será o combate ao crime organizado em suas várias ramificações: contrabando de armas, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, falsificação, contrabando, sonegação e os crimes contra a União e contra a administração pública. As primeiras providências nesse sentido serão:

- Implantar em âmbito nacional o Sistema de Informação de Segurança Pública, uniformizando e sistematizando o registro de ocorrências policiais e a troca de informações sobre o crime organizado.
- Criar, no âmbito desse sistema, uma Central de Mandados de Prisão de âmbito nacional, estabelecendo orientação de prioridade para prisão dos criminosos de maior periculosidade em qualquer ponto do país.
- Montar forças-tarefas e operações conjuntas contra alvos específicos, envolvendo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal, as Polícias Estaduais e o Ministério Público.

- Criar o braço fardado da Polícia Federal, equipando e elevando seu contingente total de 8 mil para 20 mil profissionais, para execução de ações táticas e ostensivas nas fronteiras, portos, rodovias e aeroportos e em operações especiais e conjuntas com as Polícias Estaduais e outros organismos.
- Acelerar a implantação de presídios de segurança máxima, estaduais e federais, em áreas distantes dos centros urbanos, removendo para esses presídios os chefes do crime organizado que se acham presos, para que não continuem a comandar suas quadrilhas de dentro das penitenciárias.

Reforma dos órgãos de segurança

Paralelamente ao enfrentamento imediato do crime organizado, o Ministério da Segurança Pública, articulado com as autoridades estaduais, proporá e coordenará a execução de uma ampla reestruturação dos órgãos de segurança, incluindo as seguintes medidas:

Integração e qualificação das forças policiais

- Definir numa lei federal, conforme prevê o artigo 144, § 7º da Constituição, as missões comuns e específicas de todas as polícias e as formas de cooperação entre elas, de modo a permitir uma maior integração e eficácia de suas ações.
- Rever, de acordo com essa lei geral, as leis orgânicas das Polícias Civil e Militar, buscando a maior convergência possível das carreiras, formação e organização de seus integrantes.
- Fortalecer a Academia Nacional de Polícia, para que sirva à formação e requalificação de policiais de todo o país, em parceria com as academias de polícia dos estados e de outros países.
- Ampliar as funções das Guardas Municipais, nos termos de Proposta de Emenda Constitucional em fase adiantada de tramitação no Congresso. Se as Guardas Municipais puderem reforçar o combate ao pequeno delito em áreas pouco conflituosas, sob supervisão da Polícia Militar, esta terá mais homens e recursos para empregar em áreas e situações de maior risco.
- Endurecer o combate à corrupção policial, com regras que possibilitem o pronto afastamento de policiais suspeitos e a investigação de seus atos por uma Corregedoria única, independente.

Controle de armas e munição

- Reduzir, pelos meios legais adequados, a oferta e demanda de armas e munições, restringindo a venda e a utilização por quem não pertença aos órgãos de segurança e agravando as penas para o porte ilegal.
- Criar um cadastro nacional de armas apreendidas, integrado com o cadastro de detentores legais de armamento.

- Restringir as exportações de armas de fogo e munição para países que não possuam controle rigoroso, de modo a evitar sua reentrada ilegal no Brasil.

Segurança privada

- Aperfeiçoar o controle e a capacitação das empresas e profissionais de segurança privada, delegando sua fiscalização aos estados e integrando-as operacionalmente aos órgãos públicos de segurança.

Participação e integração

- Criar um sistema nacional de indicadores de segurança pública, permitindo aos cidadãos e às autoridades públicas comparar e acompanhar a evolução da criminalidade e o desempenho dos órgãos de segurança em cada estado e nas principais cidades do país.
- Fortalecer o Conselho Nacional de Segurança Pública como instância de articulação federativa, com representantes dos três níveis de governo e da sociedade civil. Caberá a ele estabelecer diretrizes e normas técnicas comuns para os órgãos de segurança de todo o país, indicar prioridades, facilitar a integração das ações, acompanhar sua execução e avaliar os resultados.
- Estimular a criação de conselhos estaduais e municipais de segurança, a difusão do policiamento comunitário e a implantação de centros integrados de cidadania, que reúnem no mesmo edifício unidades locais da Polícia Civil e da Polícia Militar, juiz de pequenas causas, promotor, defensor público, assistente social e psicólogo.

Modernização do Judiciário

A liberdade prematura dos assassinos da atriz Daniela Perez, a soltura por “bom comportamento” de Elias Maluco, apontado como executor do jornalista Tim Lopes, ou a branda condenação dos seqüestradores do publicitário Washington Olivetto, provocaram indignação na opinião pública. Também causam indignação e inquietação os milhares de inquéritos policiais engavetados sem conclusão, crimes prescritos devido à demora do julgamento e mandados de prisão que não são cumpridos.

A fim de modificar esse estado de coisas, o Governo José Serra tomará as medidas necessárias no âmbito do Executivo e atuará junto ao Congresso Nacional e ao Judiciário com vistas a:

- Rever dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais que levam à impunidade dos criminosos e à morosidade da Justiça.
- Aumentar a pena dos adultos que usem adolescentes na prática de delitos e dar tratamento diferenciado aos autores de crimes hediondos.
- Estabelecer penas mais duras para crimes como roubo de cargas, invasão e fraude eletrônica, ataque a policiais e porte ilegal de arma.

- Reduzir a burocracia, simplificar o andamento dos inquéritos e processos criminais e eliminar o excesso de recursos que retarda desmedidamente a conclusão dos casos na Justiça.
- Acabar com as antiquadas férias forenses, garantindo o funcionamento ininterrupto da Justiça, doze meses por ano.
- Ampliar a presença da Justiça na base da sociedade, junto ao cidadão comum, com a multiplicação dos Juizados Especiais.
- Apoiar a construção de novas penitenciárias e centros de detenção provisória para criminosos com mandado de prisão decretado e detentos que estão em presídios superlotados e nas delegacias.

Plantar cidadania, colher paz

No Governo José Serra, o combate ao crime, especialmente ao crime organizado, será implacável e permanente. Ao mesmo tempo, serão adotadas medidas preventivas nas áreas mais carentes das cidades. Os índices de violência tendem a recuar nessas áreas, quando os moradores se organizam, reivindicam e conseguem melhorias na infra-estrutura urbana e em serviços essenciais. Experiências bem sucedidas mostram que políticas sociais integradas, envolvendo os três níveis de governo e a participação da comunidade, ajudam a virar o jogo contra a criminalidade.

O Governo José Serra promoverá o aperfeiçoamento e estimulará a difusão dessas experiências para as áreas críticas da criminalidade em todo o país, coordenando diferentes ações:

- regularização fundiária, para garantir, aos moradores de favelas e loteamentos irregulares a propriedade de seus lotes;
- infra-estrutura urbana, como iluminação pública, saneamento, transporte e sistema viário;
- educação, incluindo ensino básico, alfabetização de jovens e adultos, qualificação e requalificação profissional;
- alternativas de trabalho e geração de renda, especialmente para os jovens;
- esporte, cultura e lazer, com apoio à implantação ou melhoria de centros comunitários e quadras esportivas, e contratação de monitores recrutados nas próprias comunidades;
- prevenção do uso de drogas e apoio à recuperação dos dependentes químicos.

4. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A política de emprego, ao lado da segurança, é a primeira e mais importante política social. Não há proteção aos desempregados e aos pobres que possa compensar a falta de oportunidades de trabalho. Mas o crescimento da oferta de emprego não é suficiente. É preciso também expandir e melhorar as demais políticas sociais, até para que as pessoas possam aproveitar melhor as oportunidades de trabalho que se apresentam.

A equipe social

Para garantir o cumprimento de suas metas, o Governo José Serra adotará uma visão integrada de desenvolvimento, que articule estreitamente a política econômica e a política social. Integrando-se, a política econômica e a política social se reforçarão mutuamente. A aceleração do crescimento econômico deverá preocupar-se com a criação de oportunidades de trabalho, e ainda com a proteção ambiental. A ampliação dos serviços de educação e saúde contribuirá para a geração de empregos. As compras governamentais de bens e serviços, especialmente os gastos com remédios e equipamentos médicos e hospitalares serão, como já têm sido, um instrumento valioso para estimular o desenvolvimento industrial e tecnológico. A ampliação do sistema complementar de previdência, além de melhorar as aposentadorias dos beneficiados e o equilíbrio financeiro do sistema de previdência básica, reforçará a poupança interna e o financiamento do investimento produtivo.

A fim de assegurar coerência à execução dessa estratégia, o Governo José Serra criará uma Equipe Social com a mesma força e prestígio da Equipe Econômica, ambas coordenadas diretamente pelo presidente. Além de metas econômicas, o governo definirá metas sociais e fará a discriminação das metas por regiões. Montará um sistema de informações, monitoramento permanente e avaliação periódica da execução dessas metas e de seus resultados. E, para facilitar o controle público e incentivar o espírito de iniciativa dos responsáveis pelo cumprimento das metas, divulgará periodicamente indicadores sociais, à semelhança dos indicadores econômicos, que já são publicados regularmente.

O segundo objetivo do Plano Social do Governo José Serra será avançar ainda mais na universalização dos serviços básicos de **saúde, educação e previdência**. Universalizar significa que o acesso de todas as pessoas a esses serviços, com boa qualidade, será garantido na prática, não apenas na Constituição. Significa que a ausência de uma criança da escola, a recusa de atendimento a uma mulher grávida, ou a falta de ajuda financeira a um idoso não serão toleradas. É garantindo o acesso a serviços de saúde, educação e previdência de boa qualidade que se começa a assegurar a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros.

Saúde

Na área de saúde, os próximos quatro anos serão marcados pela consolidação e aprofundamento dos avanços liderados por José Serra como ministro. Hoje, certamente, os serviços são melhores que ontem, mas temos que avançar muito mais. Há mais a fazer do que já foi feito.

O Governo José Serra triplicará, em quatro anos, a cobertura do Programa de Saúde da Família. Isso representa praticamente a universalização do atendimento. Não faltarão recursos, experiência nem competência para tanto: quando José Serra assumiu o Ministério da Saúde, a cobertura do Programa de Saúde da Família era de cerca de 5 milhões de pessoas, e subiu para mais de 50 milhões em quatro anos. Os recursos serão garantidos com a aplicação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, coordenada pelo então ministro José Serra.

Reduzir as filas, humanizar o atendimento

O Governo José Serra implementará ações coordenadas para ampliar e reorganizar a rede de assistência, com o objetivo fundamental de reduzir o tempo que o cidadão tem que esperar para conseguir o tratamento de que precisa.

Reduzir as desigualdades da rede de assistência, investindo mais nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, permitirá que as pessoas sejam atendidas na região em que vivem, ou seja, mais rapidamente. Como ministro, José Serra introduziu o Cartão Nacional de Saúde, que identifica instantaneamente onde paciente foi atendido, por quais médicos, o problema, o tratamento prescrito e o resultado. Com a difusão desse cartão, nos próximos anos, e a interligação das centrais de marcação de exames, de tratamentos ambulatoriais (como a hemodiálise) e de internação, será possível verificar rapidamente onde a pessoa vai ser tratada, onde sua cirurgia poderá ser realizada e assim por diante.

No caso dos transplantes, a ampliação da capacidade do SUS e a conseqüente redução das filas de espera significarão uma promessa de vida para milhares de paciente. A intensificação dos mutirões realizados na gestão de José Serra no Ministério da Saúde também permitirá reduzir o tempo de espera por cirurgias eletivas. O maior exemplo é o da catarata: através de mutirões, dobramos de 130 para 260 mil por ano o número de pessoas atendidas, ou seja, de pessoas que voltaram a enxergar.

Além dos investimentos, das ações ousadas para ampliar a capacidade de atendimento da rede pública e reduzir o tempo de espera das pessoas, é fundamental ampliar o controle social. O sistema de saúde é responsabilidade das três esferas de governo – União, estados e municípios. O usuário não pode ser vítima de um jogo de empurra sobre quem é responsável por seu atendimento. Será criado o Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos de Saúde, estabelecendo seus direitos, independentemente de quem seja o responsável direto por ele.

As principais metas do Governo José Serra para a saúde são:

- Ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família para praticamente toda a população brasileira, o que implicará passar de 15 mil para 45 mil o número de equipes.
- Ampliar a distribuição gratuita de medicamentos diretamente fornecidos pelo SUS, duplicar os recursos do programa de Assistência Farmacêutica Básica e atingir 500 mil pacientes que necessitam de medicamentos estratégicos e excepcionais.
- Criar o auxílio-medicamento para a compra subsidiada de alguns remédios de uso continuado nas farmácias e estimular ainda mais a produção de medicamentos genéricos, mais baratos. A meta é ampliar para 40% a participação dos genéricos no volume total dos medicamentos comercializados.

A qualidade e a humanização dos serviços avançarão, com as seguintes medidas:

- Reorganizar a rede de hospitais e ambulatórios, para que todo cidadão possa ser atendido em sua região de moradia, mesmo nos casos médicos de média e alta complexidade. Serão criadas 120 Regiões de Atenção Integral à Saúde, como referência para a reorganização das redes de assistência. Isso vai garantir que, além da atenção básica, em cada uma delas estarão disponíveis todos os serviços, como clínicas de especialidades, exames de laboratório, serviços ambulatoriais e hospitalares, inclusive de alta complexidade.
- Levar o Cartão Nacional de Saúde – SUS, que está começando a ser implantado, a mais de 4 mil municípios, até 2006. Estarão interligadas ao sistema todas as regiões metropolitanas e as cidades com mais de 20 mil habitantes.
- Criar o Código de Defesa do Usuário da Saúde Pública, estabelecendo direitos, responsabilidades e punições, e envolvendo todo o sistema de defesa do consumidor e do usuário do sistema público.
- Criar o cargo de Ouvidor no Ministério da Saúde, para receber as demandas dos usuários dos serviços de saúde e encaminhá-las aos órgãos competentes para que os problemas sejam solucionados.
- Expandir o atendimento do SUS aos dependentes químicos (álcool e drogas), com a meta de implantar 190 novos serviços, que funcionarão com centros de atendimento diário, abertos e vinculados à comunidade, no âmbito do Programa Nacional para Atenção Comunitária a Usuários de Álcool e Drogas.
- Consolidar a posição brasileira de segundo país do mundo em número de transplantes, aumentando esse número dos cerca de 7.200 transplantes realizados em 2001 para 11.300 em 2006.

Saúde da criança e redução da mortalidade infantil

Como ministro da Saúde, José Serra ajudou a acelerar a queda da mortalidade infantil, pelo que o Brasil obteve reconhecimento internacional. O Governo José Serra terá o compromisso de adotar todas as

medidas necessárias para reduzir a mortalidade infantil do índice atual de 29,6 para menos de 20 mortes por mil crianças nascidas vivas, nos próximos quatro anos. No Nordeste, a meta é reduzir a mortalidade infantil em 50%, dos atuais 44 para 22 por mil nascidos vivos. Com relação à mortalidade materna a meta é reduzir de 27 para menos de 20 óbitos por 100 mil partos.

Estão incluídas entre as medidas nesse sentido:

- Garantir a transferência para os municípios, nos próximos quatro anos, de R\$ 3 bilhões a fundo perdido para investimentos em saneamento básico na área da saúde, com prioridade para o Nordeste.
- Aumentar o número de gestantes e crianças (de 6 meses a 6 anos) beneficiadas pelo programa Bolsa-Alimentação de 1 milhão em agosto de 2002 para 5 milhões em finais de 2006.
- Aumentar a oferta e melhorar a qualidade da assistência às doenças prevalentes e da assistência pré-natal, especialmente no Nordeste.
- Aumentar em 50% a oferta de leitos de UTI neonatal.

Os recursos para financiar as metas da saúde virão basicamente da aplicação mínima obrigatória de parcelas das receitas de impostos, fixada na Emenda Constitucional nº 29, de 2000. Em 2002, o setor de saúde deve receber cerca de R\$ 40 bilhões, em todo o país, provenientes da arrecadação da União, dos estados e dos municípios. Esse valor crescerá, ano a ano, até chegar a R\$ 61 bilhões, em 2006, incluindo a contrapartida de estados e municípios.

Uma expansão do PIB de 4,5% ao ano permitirá o acréscimo de R\$ 21 bilhões. Os recursos federais para o orçamento da saúde até 2006 serão R\$ 9 bilhões superiores ao atual, ao passo que os estaduais e municipais representarão R\$ 12 bilhões a mais no Sistema Único de Saúde. Assim, estarão assegurados os meios para que o Brasil chegue a ter 160 milhões de pessoas atendidas pelo Saúde da Família, entre outros programas importantes.

Educação

Na área de educação, o objetivo maior do Governo José Serra será assegurar ensino de qualidade para todos. Para isso, investirá na valorização do professor, por meio da formação continuada, de incentivos à carreira e de mudanças nas condições de trabalho; na escola, garantindo o suprimento de materiais básicos e aumentando o número de escolas equipadas com laboratórios, bibliotecas e computadores; e na interação da escola com a família e a comunidade.

As principais metas do Governo José Serra na área da educação serão:

- Consolidar a universalização já alcançada do ensino fundamental para as crianças de 7 a 14 anos.
- Criar um programa de educação ampliada, com agenda integral que garanta a oferta de atividades educacionais, culturais e esportivas, numa primeira etapa, para 20% dos alunos matriculados no ensino fundamental.

- Ampliar progressivamente o acesso das crianças de 4 a 6 anos à pré-escola, começando pelas de 6 anos, com a criação de 4 milhões de novas vagas.
- Dobrar a proporção de jovens de 15 a 17 anos matriculados no ensino médio, de cerca de um terço para dois terços, atingindo no mínimo 10 milhões de matrículas até 2006.
- Aumentar em pelo menos 50% as matrículas na educação profissional, complementar à educação básica, a fim de ampliar as chances de emprego dos jovens.
- Erradicar o analfabetismo dos jovens e adultos com menos de 30 anos e continuar reduzindo o analfabetismo entre os adultos com idade superior. Para tanto, serão ampliadas as parcerias com empresas e entidades da sociedade civil, nos moldes do programa Alfabetização Solidária.
- Fortalecer as atividades de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, garantindo a formação dos especialistas altamente qualificados necessários para o Brasil dar conta dos desafios de uma economia baseada cada vez mais no conhecimento.
- Orientar a política para o ensino superior pela expansão com qualidade, assegurada por um amplo e rigoroso processo de avaliação das instituições de ensino, bem como o descredenciamento das instituições deficientes.
- Estimular a complementaridade entre os setores público e privado, mantendo as universidades públicas como espinha dorsal do sistema de ensino superior nos campos da pesquisa e geração de conhecimento e formação de quadros de alto padrão.
- Determinar que todas as instituições públicas de ensino superior organizem curso pré-vestibular gratuito para jovens carentes, oferecendo incentivos em títulos e ajuda financeira para que os alunos de graduação das próprias faculdades dêem as aulas.
- Ampliar o crédito educativo para os estudantes universitários de menor renda.

Serão metas adicionais do Governo José Serra, em cada um dos três níveis de ensino:

Ensino fundamental

- Ampliar progressivamente o tempo de permanência dos alunos na escola, de modo a atingir, no mínimo, 5 horas de permanência no turno diurno e evitar o atendimento a alunos com menos de 14 anos no período noturno.
- Ampliar em 20% o número de famílias atendidas pelo programa Bolsa-Escola, passando de 8,5 milhões para mais de 10 milhões de crianças.
- Instalar computadores ligados à internet em todas as escolas públicas com mais de 100 alunos.

- Distribuir 90 mil bolsas por ano, para os professores do ensino fundamental que não têm condições financeiras de arcar com os custos do ensino universitário.

Ensino médio

- Alcançar 100% de professores de ensino médio com formação de ensino superior e licenciatura completa.
- Implementar 400 projetos de educação profissional, o que significará 1 milhão de novas matrículas no nível básico e 600 mil novas matrículas no nível técnico.

Ensino superior

- Aumentar em 50% o número de alunos no ensino superior até 2006.
- Ampliar de 51% para 75% o número de docentes com mestrado ou doutorado, nas instituições de ensino superior.
- Ampliar em 20% as vagas nos cursos diurnos nas instituições federais de ensino superior e dobrar a oferta nos cursos noturnos – de 100 mil para 200 mil matrículas noturnas.

Assim como a saúde, a educação se beneficiará do impacto do crescimento econômico sobre a arrecadação de impostos, já que 25% desses valores se destinam à aplicação obrigatória em educação por parte de municípios e estados e 18% por parte da União. Uma expansão do PIB de 4,5% ao ano proporcionará um aumento dos recursos destinados à educação, de cerca de R\$ 69 bilhões, em 2002, para R\$ 93 bilhões, em 2006. Serão, portanto, mais R\$ 24 bilhões anuais. Assim, em 2006, a União dedicará à educação R\$ 4 bilhões a mais do que atualmente, enquanto os estados e municípios aplicarão mais R\$ 20 bilhões.

Isso vai estimular a ampliação gradual da bem-sucedida experiência do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, para a educação infantil (de 4 a 6 anos de idade) e para o ensino médio. Os municípios passarão a destinar uma porcentagem mínima obrigatória à educação infantil. Os estados destinarão porcentagem similar para o desenvolvimento do ensino médio. É o impulso que falta para que o Brasil atinja a universalização da educação infantil, criando 4 milhões de novas vagas na rede municipal, progressivamente até 2006. E também para que se consiga dobrar a taxa de escolaridade líquida no ensino médio, entre os adolescentes de 15 a 17 anos. Além disso, serão adotados mecanismos de apoio federal ao programa de expansão da carga horária.

Previdência

A Constituição de 1988 universalizou a cobertura básica da Previdência Social. Os trabalhadores rurais idosos, independentemente do tempo de contribuição, passaram a ter direito ao benefício da aposentadoria, sendo o

piso elevado a um salário mínimo. Os benefícios de caráter assistencial, desvinculados de contribuição anterior, como os pagos a idosos e a portadores de deficiências, também foram vinculados ao piso de um salário mínimo.

A universalização da cobertura tem cumprido um papel importante de complementação de renda, principalmente na área rural, mas tem acarretado dificuldades para o equilíbrio atuarial do sistema previdenciário.

Atualmente, cerca de 31 milhões de brasileiros recebem benefícios da Previdência Social, a maioria pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, os demais pelos diferentes regimes de servidores públicos. Por sua importância para a economia e para a vida das pessoas, garantir a sustentação e o aperfeiçoamento do sistema previdenciário brasileiro é um compromisso fundamental do Governo José Serra.

O INSS, responsável pelo Regime Geral de Previdência Social, enfrenta quatro problemas principais: atende os segurados de forma ainda insatisfatória; paga benefícios de baixo valor à maioria dos aposentados e pensionistas; arca com despesas de caráter assistencial; e apresenta um déficit persistente em torno de 1% do PIB.

Para reduzir o déficit e melhorar as aposentadorias e pensões, o Governo José Serra se empenhará em aumentar a receita do INSS, elevando o número de contribuintes através de três ordens de fatores: a aceleração do crescimento da economia e do emprego; a diminuição das relações informais de trabalho; e a intensificação do combate às fraudes e à sonegação.

Para estimular a contratação de trabalhadores com carteira assinada, direitos garantidos e contribuição previdenciária regular, o Governo José Serra caminhará, no contexto da reforma tributária, para a desoneração da folha salarial, mudando a forma de arrecadar a contribuição patronal à previdência, sem diminuir seu montante. A forma de fazê-lo será objeto de amplo debate nacional. Este será um poderoso fator de desestímulo à informalidade.

Para atrair os trabalhadores autônomos que se mantêm à margem do sistema, estabelecerá um novo regime previdenciário, de caráter contributivo, mas dotado da flexibilidade necessária para compatibilizar o valor da contribuição com a flutuação de rendimentos própria da atividade autônoma.

Portanto, no que diz respeito ao INSS, o Governo José Serra orientará sua ação pelos seguintes objetivos:

- Melhorar o atendimento aos segurados com serviços mais ágeis e qualificados, especialmente na concessão de benefícios, que terá seu prazo médio reduzido de 16 para 5 dias.
- Aumentar a receita do INSS para diminuir o déficit e poder melhorar o valor das aposentadorias e pensões pagas aos segurados.
- Alterar a forma de contribuição patronal ao INSS para incentivar a contratação formal de trabalhadores.

- Ampliar o número de contribuintes autônomos de 6 milhões para 10 milhões.
- Combater as fraudes no pagamento de benefícios e reforçar a fiscalização sobre as empresas e demais empregadores.

Em relação aos servidores públicos, o Governo José Serra respeitará os direitos adquiridos pelos antigos funcionários e os regimes especiais de previdência das carreiras de Estado. Ao mesmo tempo, apoiará o projeto de lei complementar, em tramitação no Congresso Nacional, que estende aos demais servidores públicos o Regime Geral de Previdência do INSS, com o teto de 10 salários mínimos para o pagamento das contribuições e benefícios, estabelecendo regras para a constituição de fundos que complementarão as aposentadorias desses servidores, em regime de capitalização.

5. UNINDO O BRASIL PELO DESENVOLVIMENTO

Junto com as políticas horizontais, destinadas a garantir a todos oportunidades de trabalho e acesso a serviços sociais de qualidade, o Plano Social incluirá medidas específicas para tratar de modo adequado aos desiguais. A integração de políticas econômicas e sociais terá sempre em vista a redução das desigualdades nas suas várias dimensões: entre pessoas e grupos sociais, entre campo e cidade, entre regiões e microrregiões.

Para isso, o Governo José Serra vai aprimorar os programas de transferência de renda destinados às pessoas e famílias mais vulneráveis; adotar medidas específicas para melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades; consolidar os assentamentos da reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar; incentivar o desenvolvimento das localidades mais pobres e promover a integração das regiões Norte e Nordeste ao desenvolvimento nacional.

Além de articular ações em diferentes áreas do governo federal, essa estratégia de desenvolvimento exigirá uma integração cada vez mais estreita de programas e iniciativas do governo federal com os estados e municípios. José Serra tem a experiência de consolidar e ampliar o Sistema Único de Saúde, que, ao lado do FUNDEF, é um caso de sucesso na articulação de diferentes níveis de governo, sem ingerências políticas. Agora essa experiência pode e deve ser expandidas para outras áreas de governo – como é o caso particular da segurança pública.

A redução das desigualdades sociais e regionais só pode ser fruto de um amplo esforço coletivo. O governo fará sua parte, e cada brasileiro terá chance de também fazer a sua, empenhando-se na melhoria de sua própria vida e ajudando os outros, o que se chama solidariedade. Serão buscadas parcerias com organizações não-governamentais, com entidades representativas da sociedade e com o setor privado da economia. Parcerias bem sucedidas, como a que existe no combate ao analfabetismo pela Comunidade Solidária, serão continuadas e ampliadas.

Ajudando a quem se ajuda

Não basta a disponibilidade de vagas na escola para que elas sejam preenchidas por crianças que têm fome e precisam trabalhar. Assim como há pessoas e famílias tão desprovidas e desalentadas que não se animam a procurar os serviços de saúde.

A fim de ajudar essas pessoas e famílias e incentivá-las a ajudarem a si mesmas, o Governo José Serra garantirá a continuidade dos programas federais de transferência de renda que protegem os grupos mais vulneráveis entre os pobres: Bolsa-Alimentação, para crianças de 0 a 6 anos; Bolsa-Escola, para crianças de 6 a 14 anos; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para menores de 15 anos; Agente Jovem, para adolescentes em

situação de risco; Abono Salarial, para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos; Seguro-Desemprego e Bolsa-Qualificação, para trabalhadores desempregados; Benefício Mensal da Assistência Social para idosos e portadores de deficiência; Renda Mensal Vitalícia, também para idosos; Seguro-Safra, para agricultores atingidos pela seca; Auxílio-Gás, para famílias pobres; Aposentadoria Rural.

Os programas de transferência de renda mais novos, como Bolsa-Escola e Bolsa-Alimentação, não se limitam a dar proteção sem uma contrapartida do beneficiário. O governo fornece o auxílio em dinheiro, mas a família faz a sua parte: garante a frequência das crianças à escola, os cuidados alimentares e o cumprimento de uma agenda de saúde com caráter preventivo. Isso aumenta a eficácia das políticas de saúde e educação e estimula os mais carentes a recuperarem a confiança na possibilidade de mudar suas vidas com seu próprio esforço.

O Governo José Serra concluirá a implantação do Cartão do Cidadão e o cadastramento unificado dos beneficiados, para articular melhor os vários programas, fiscalizar melhor sua execução e avaliar os resultados. Isto permitirá ampliar o atendimento das famílias que vivem em situação de pobreza e têm crianças e jovens.

Vida melhor nas cidades

Os pobres das periferias das grandes cidades são os que mais sofrem com a carência de habitação, infra-estrutura e serviços urbanos, além de serem as maiores vítimas da degradação ambiental, da violência urbana, do desemprego e do subemprego. Todos os moradores das grandes cidades padecem com o trânsito congestionado e a insuficiência do transporte coletivo.

O Governo José Serra coordenará um esforço nacional para expandir e dar maior eficácia aos investimentos em habitação, saneamento e transporte, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e para fomentar a geração de trabalho e renda na construção civil. Da mesma forma, estimulará os processos de renovação urbana, especialmente em áreas degradadas, por meio de engenharias financeiras estruturadas pela CEF e pelo BNDES, operações urbanas em áreas portuárias e centros históricos ou empreendimentos imobiliários de grande porte e parques tecnológicos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, já criado por lei, será instalado, com suas câmaras especializadas, para articular a participação dos estados, municípios e entidades representativas da sociedade nessa empreitada.

As propostas do Governo José Serra para habitação, saneamento e transporte urbano são apresentadas em outra parte deste programa, onde se enfatiza a importância dos dois setores para a geração de empregos.

Combatendo a pobreza urbana

O crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras gerou ocupações de baixa renda em locais inadequados, como encostas de morros, mangues e margens de rios. Para que as cidades brasileiras deixem de ser cidades partidas, é preciso uma ação multilareta, envolvendo investimentos em saneamento, drenagem, pavimentação, construção de habitações e melhorias habitacionais, regularização fundiária, transporte coletivo, serviços de saúde, educação e promoção social, além da geração de renda e emprego a partir das vocações do bairro. O Governo José Serra vai enfrentar este desafio, fomentando e financiando projetos municipais de erradicação de pobreza urbana com recursos do orçamento da União (Habitar Brasil) e de financiamentos do BNDES e CEF.

O novo Brasil rural

O imenso potencial de desenvolvimento do Brasil rural começou a ser redescoberto nos últimos oito anos.

Uma das dimensões desse desenvolvimento, mais conhecida, foi a extraordinária expansão e modernização da agricultura empresarial, dedicada principalmente à produção de grãos, à criação de gado e à fruticultura irrigada (ver item específico).

Outra dimensão, menos percebida, foi o desenvolvimento da agricultura familiar. Com 4,2 milhões de estabelecimentos, ela representa hoje 30% da área cultivada no país, 38% do valor bruto da produção e 50% da maioria dos produtos da cesta básica. Ocupando 77% da mão-de-obra utilizada na agricultura, é responsável por cerca de 14 milhões de postos de trabalho, permanentes e temporários.

A ampliação do acesso à terra, com o assentamento de mais de 500 mil famílias em 18 milhões de hectares nos últimos oito anos, no maior programa de reforma agrária já realizado no Brasil, fortaleceu a agricultura familiar e a geração de oportunidades de trabalho. Estima-se que, para cada família assentada, são criadas três oportunidades de ocupação, diretas ou indiretas.

Há uma terceira dimensão do Brasil rural menos considerada: o fato de que um terço da população brasileira vive em 4.500 municípios cujas atividades produtivas são essencialmente agrícolas, embora desenvolvam secundariamente atividades terciárias e secundárias. Uma parte dessa população, a que reside nas sedes dos municípios ou de seus distritos, é considerada urbana pelos censos do IBGE. A contagem de todos os moradores dessas pequenas cidades e vilas como pertencendo à população urbana tem levado à avaliação equivocada de que a população rural brasileira já é inferior a 19% e se aproximará de 10% por volta de volta de 2005, tendendo ao desaparecimento.

É preciso adotar um enfoque inovador para não subestimar a importância do Brasil rural e de seus problemas. Ele deve ser considerado como a parcela do território brasileiro em que vivem pequenas comunidades cuja atividade econômica de maior expressão é agrícola, mas que têm potencial

para combiná-la com ocupações não-agrícolas. Para isso, precisa haver estímulo à formação de cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas, voltadas para o suprimento de mercados locais e regionais, e apoio à construção da infra-estrutura econômica e social necessária, como estradas, redes de água e esgoto, escolas, postos de saúde ou hospitais, centros culturais e esportivos.

Esse enfoque ampliado é necessário para integrar atividades agrícolas e não-agrícolas, garantindo a consolidação dos assentamentos da reforma agrária, implantados nos últimos anos, o apoio à modernização da agricultura familiar e o aproveitamento das novas funções que o meio rural tende a assumir, como a proteção ambiental, o turismo ecológico, as atividades de lazer e a produção de bens e serviços não-agrícolas. Os projetos de assentamentos rurais não se consolidarão isolados dos processos de desenvolvimento locais e regionais.

Adotando esse enfoque, o Governo José Serra combinará medidas de reforma agrária, de apoio à agricultura familiar e de fomento ao desenvolvimento integrado de microrregiões rurais.

Na formulação e implementação dessas medidas, cinco princípios serão observados: **participação** das organizações e movimentos sociais e dos trabalhadores e trabalhadoras assentados ou a serem assentados; **integração** entre os órgãos federais, estaduais e municipais, de forma a garantir a devida articulação entre os diversos programas públicos; **descentralização** das ações para melhorar a agilidade e a redução de custos na execução; **proteção ambiental** para garantir uma nova relação com o território, resgatando valores em que a natureza seja vista como fonte de sobrevivência e desenvolvimento social; e **atenção ao mercado**, para garantir a viabilidade econômica dos projetos.

Indicam-se, a seguir, as principais medidas e metas de desenvolvimento rural que o Governo José Serra implementará.

Reforma agrária

- Consolidar os assentamentos implantados nos últimos oito anos, para que os agricultores assentados tenham uma vida digna e melhores condições de produzir. Um programa de solução das carências mais sentidas pelos assentados será estabelecido, com metas, cronogramas e recursos definidos.
- Prosseguir no programa de reforma agrária com a implantação de novos assentamentos rurais. Os recursos destinados a novos projetos e a sua consolidação em três anos, em média, serão garantidos. As famílias serão contempladas com créditos de apoio, com valores atualizados periodicamente. A capacitação básica dos agricultores assentados será proporcionada ao longo dos primeiros dois anos. A infra-estrutura básica (como estrada, eletrificação rural e abastecimento de água) terá recursos assegurados antes da criação do projeto de assentamento e será implantada no prazo máximo de três anos a partir do início do projeto. Os serviços básicos de saúde e educação serão articulados pelo INCRA

com outros órgãos do governo federal, de preferência antes da criação dos projetos.

- Obter as terras para os novos assentamentos através, principalmente, da desapropriação por interesse social de áreas improdutivas, mas também pela arrecadação de terras públicas e pelo preenchimento de vagas em projetos de assentamento já criados. Somente em casos especiais, para atender necessidades emergenciais, adquirir terras através da compra de áreas produtivas.
- Dar prosseguimento aos programas de crédito à aquisição de lotes e à montagem de infra-estrutura, como o Banco da Terra, o Programa de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural e o Projeto Casulo, desenvolvidos de forma complementar aos mecanismos tradicionais de reforma agrária.
- Reforçar a atuação do Banco da Terra, elevando o teto de financiamento para R\$ 30 mil e instalando uma gerência estadual em São Paulo, o único estado que não conta com uma coordenação estadual.

Agricultura familiar

- Agilizar e desburocratizar o processo de contratação das operações de crédito e aumentar a capacidade dos agricultores familiares de aplicar os recursos contratados junto ao PRONAF, mediante ações de capacitação, assistência técnica e assessoramento para o agronegócio.
- Criar o Seguro de Renda Agrícola, inclusive para os agricultores familiares, cabendo ao governo federal, para viabilizá-lo, subvencionar com recursos orçamentários parte dos prêmios pagos pelos agricultores para a contratação do seguro.
- Criar e consolidar Agências Regionais de Comercialização em todas as regiões consideradas prioritárias para a política de fortalecimento da agricultura familiar. O papel do governo federal será de indução e apoio, cabendo a gestão às organizações de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e às instituições parceiras. As Agências Regionais de Comercialização serão estimuladas a se transformarem em Organizações Sociais, de modo a agilizar a transferência de recursos federais e estaduais.
- Criar Serviços Regionais de Assistência Técnica em todas as regiões consideradas prioritárias para a política de fortalecimento da agricultura familiar, com recursos provenientes do governo federal, dos governos estaduais, das prefeituras e de parcerias com outras instituições públicas e organizações não-governamentais.
- Criar um programa permanente de Habitação Rural, utilizando recursos do FGTS, para atender aos agricultores familiares e a seus empregados, formando vilas rurais, como as que estão sendo construídas no estado do Paraná.

Desenvolvimento local

O Governo José Serra incentivará a formulação e implementação, por municípios ou consórcios de municípios, de Planos de Desenvolvimento Rural, com o objetivo de consolidar os assentamentos da reforma agrária, fortalecer a agricultura familiar e oferecer melhores perspectivas aos municípios rurais mais pobres, favorecendo a interação entre a agricultura e os setores terciário e secundário e estimulando as iniciativas empreendedoras dos moradores locais.

No interior do Brasil, principalmente no Nordeste, mas também nas demais regiões, existem localidades – microrregiões, municípios, distritos ou bairros – que se caracterizam pela população rarefeita, estagnação econômica e elevados níveis de pobreza. Nessas áreas, mais do que dar o peixe ou ensinar a pescar, é preciso criar um ambiente social e econômico favorável à pesca. Para dinamizar essas localidades, o Governo José Serra aplicará uma estratégia de desenvolvimento baseada na participação da população local e na mobilização dos recursos locais.

Essa estratégia, chamada de desenvolvimento local integrado e sustentável, funciona assim. Cada localidade faz, com ampla participação dos moradores, um diagnóstico para conhecer sua realidade, identificar seus problemas e descobrir suas potencialidades. A partir desse diagnóstico é feito, também de modo participativo, um plano de desenvolvimento. Desse plano é extraída uma agenda com ações prioritárias que deverão ser executadas por vários parceiros: governo federal, governos estaduais, prefeituras, órgãos da sociedade civil.

Tudo isso é organizado por um fórum democrático, formado por lideranças locais. Estas participam de um processo de capacitação para a gestão do processo local de desenvolvimento. O governo federal coordena as negociações entre os vários parceiros responsáveis pela execução das ações contidas na agenda. É celebrado um pacto de desenvolvimento e assinado um termo de parceria com as metas a serem atingidas e os responsáveis por elas.

Combinada com programas de qualificação dos trabalhadores e com a oferta de crédito produtivo a pequenos e microempreendedores, essa estratégia cria ambientes mais favoráveis à abertura de novos negócios e à geração de novos postos de trabalho, contribuindo para promover um desenvolvimento mais integrado do conjunto do país e para reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O Governo José Serra estimulará processos integrados e sustentáveis de desenvolvimento local, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- Ampliar o programa Comunidade Ativa, visando, numa primeira etapa, sua implantação em localidades-pólos de 1.200 microrregiões.
- Criar um novo programa de apoio à instalação de telecomunidades (centros comunitários de acesso à internet) nas 1.200 localidades-pólos escolhidas.
- Estender gradativamente o programa até atingir 12 mil localidades-pólo.

Preservando o meio ambiente

A preservação ambiental, que já foi percebida como um obstáculo ao desenvolvimento econômico, começa a ser reconhecida como um ativo valiosíssimo. O Brasil, com a experiência dos erros do passado e os avanços no aproveitamento sustentável de recursos naturais, tem tudo para fazer da preservação ambiental um ponto positivo na imagem do país e um seguro contra o “protecionismo verde” que vários de nossos principais parceiros comerciais praticam ou ameaçam praticar. Serão prioridades do governo para a implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável:

- Reforçar as ações de defesa da biodiversidade, de proteção contra a depredação do nosso patrimônio genético para fins comerciais e de combate à biopirataria, inclusive com o emprego dos avançados recursos de monitoramento proporcionados pelo projeto SIVAM/SIPAM.
- Consolidar o modelo de gestão colegiada e participativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- Incorporar critérios de compromisso com a defesa do meio ambiente nas licitações feitas pelo poder público, valendo-se do poder de compra da administração direta e indireta.
- Promover a regulamentação do risco ambiental para efeitos de responsabilização por danos ambientais, no âmbito de bancos e seguradoras. Isso abrirá novos produtos para mercados financeiros, tornando os bancos vigias do compromisso de seus clientes com o desenvolvimento sustentável.
- Estabelecer o marco legal adequado e incentivar a certificação independente, com vistas a abrir mercados de exportação para produtos orgânicos e florestais brasileiros.
- Fomentar, junto aos governos locais, a reciclagem, o reaproveitamento e a implantação de coleta seletiva de lixo, assim como a redução da produção de resíduos em todos os setores da produção e do consumo.
- Consolidar os Comitês de Bacia e fortalecer a gestão das bacias hidrográficas, que é o foco de avanços importantes no gerenciamento integrado de recursos naturais, com impacto direto sobre áreas como transporte, energia e urbanização.

6. UM SÓ PAÍS DE MUITAS FACES

O Plano Social do Governo José Serra se completa com um conjunto de políticas destinadas a reforçar a coesão social e a identidade nacional do povo brasileiro.

O Governo José Serra tomará medidas para expandir e democratizar as atividades culturais e esportivas, principalmente em torno das escolas e centros comunitários dos bairros populares. É enorme a importância dessas atividades no desenvolvimento físico e social de crianças e adolescentes, no estímulo a seu potencial criativo, na motivação para a educação regular, ou na prevenção do consumo de drogas e do envolvimento com a criminalidade. As atividades culturais e esportivas contribuem também, entre jovens e adultos, para a aproximação e confraternização das pessoas, para uma interação saudável com o meio ambiente e para a identidade nacional dos brasileiros, preservando a diversidade e estimulando a interação entre as diferentes tradições.

O Governo José Serra reforçará também as políticas e programas destinados a segmentos da população que requerem um apoio especial: os jovens, mulheres e crianças, os idosos, os negros, indígenas e portadores de deficiências e necessidades especiais.

O Brasil não pode continuar dividido entre cidadãos de primeira, segunda e terceira classes.

Com essas políticas e com uma visão integrada do desenvolvimento econômico e social, o Governo José Serra fará que o Brasil cresça e que todos os brasileiros cresçam também. A liberdade de opções será respeitada. Mas as diferenças de estilos de vida ou de heranças culturais não precisarão cristalizar-se em desigualdades ou antagonismos.

Afirmando a identidade nacional e gerando empregos

O apoio do governo à cultura e ao esporte não deve substituir o papel do mercado nem o da sociedade, que é a grande protagonista das atividades culturais e esportivas. Mas a cultura e o esporte não prescindem da atenção e das ações do governo.

Cultura

Com relativamente poucos recursos, os projetos culturais têm se mostrado antídotos eficazes contra a violência urbana, afastando os jovens da marginalidade e das drogas. E geram muitos e diversificados empregos: pesquisa patrocinada pelo Ministério da Cultura mostrou que, para cada R\$ 1 milhão investido na área cultural, são gerados 160 postos de trabalho.

A atividade cultural, além disso, enriquece e qualifica o turismo, potencializa a geração de renda e a entrada de divisas por turista e projeta uma imagem positiva do país no exterior.

No Governo José Serra, o apoio à cultura será tratado como investimento estratégico, voltado tanto para a ampliação do consumo como para a popularização da produção cultural.

O aperfeiçoamento das leis de incentivo, como a lei Rouanet, deverá corrigir sua concentração regional e reforçar sua destinação a projetos de qualidade que, por suas características inovadoras, ou por estarem voltados para públicos de menor poder aquisitivo, não possam depender inteiramente das forças do mercado. Os incentivos devem ser escalonados segundo critérios que levem em conta o montante do imposto de renda devido pelo patrocinador e o alcance social do projeto.

As frentes de atuação estabelecidas do Ministério da Cultura, incluindo a preservação do patrimônio histórico e artístico, a manutenção de museus nacionais, o apoio às artes, ao artesanato, à cultura popular, serão conduzidas com espírito de isenção e pluralismo. Acima de tudo, a política cultural do Governo José Serra valorizará a rica diversidade de nossas raízes indígenas, européias, africanas, além das contribuições mais recentes de imigrantes do médio e do extremo oriente.

As seguintes prioridades serão observadas nessa agenda:

- Consolidar o papel da recém-criada Ancine – Agência Nacional do Cinema no fomento a uma verdadeira indústria cinematográfica brasileira, capaz de ocupar uma fatia mais significativa do mercado nacional de exibição.
- Fortalecer a dimensão cultural do turismo e a agregação de valor cultural aos produtos nacionais, integrando-as ao esforço de promoção do desenvolvimento rural, do artesanato e do produto com características tipicamente nacionais.
- Reforçar a interação do governo com a indústria cultural, reconhecendo sua importância como atividade econômica, grande geradora de emprego, e veículo de popularização da cultura.
- Ampliar as linhas de financiamento à indústria cultural, em conjunto com o BNDES e Banco do Brasil.
- Incluir a indústria cultural, especialmente a música, o cinema e a televisão, no esforço de exportação brasileiro, aproveitando seu extraordinário potencial como fonte direta de renda e divisas e como vetor para a projeção cultural e comercial do país no exterior.
- Desenvolver um programa nacional de combate à pirataria de produtos culturais.
- Qualificar mão-de-obra, especialmente de jovens, para o mercado de trabalho cultural, apoiando a formação de gestores culturais e de técnicos como iluminadores, sonoplastas, cenógrafos, encadernadores, restauradores, guias de museus e monumentos.
- Executar uma abrangente política nacional de leitura, expandindo o programa Uma Biblioteca em Cada Município, apoiando a ampliação e renovação dos acervos das bibliotecas públicas estabelecidas e

transformando-as em centros dinâmicos de mobilização cultural, difundindo o hábito de leitura especialmente entre os jovens.

- Fazer da restauração do patrimônio histórico-arquitetônico um instrumento de revitalização de centros urbanos, de Manaus a Porto Alegre, estimulando a criação de empregos no turismo, no comércio e na indústria de entretenimento.

Esporte

Só recentemente o Brasil começou a despertar para o extraordinário potencial do esporte, apesar de sua reconhecida importância sócio-econômica. O esporte e a atividade física trazem grande benefício à saúde, contribuindo para afastar as crianças e adolescentes das drogas e do crime. Reforçam a identidade nacional e podem representar, também, uma importante atividade econômica, gerando renda e empregos. Tem faltado em nosso país planejamento adequado e acompanhamento de resultados da atividade esportiva. Na sociedade, ainda é baixa a porcentagem de praticantes regulares de esportes, além de estarem concentrados no sexo masculino e em algumas regiões do país. Os recursos privados são destinados, quase que na totalidade, ao esporte de alto rendimento e faltam instalações públicas para a prática regular de atividades físicas.

Para melhorar esse quadro, o Governo José Serra implantará uma nova política de esportes. As várias fontes de recursos disponíveis para o incentivo, inclusive de origem internacional, terão como principal destino a **popularização da prática do esporte**.

Serão as seguintes as prioridades da nova política:

- Universalizar o esporte escolar, pela valorização da atividade curricular da educação física e a ampliação substancial das instalações poliesportivas nas escolas, com prioridade para as situadas em áreas carentes e com alto nível de violência e para as localizadas em regiões menos favorecidas por esses equipamentos, como o Nordeste. A meta é dotar de quadra poliesportiva toda escola com mais de 300 crianças.
- Estimular projetos sociais por intermédio do apoio, inclusive financeiro, às iniciativas da sociedade, especialmente nas comunidades carentes e áreas críticas da violência urbana.
- Estimular o investimento em equipamentos esportivos em áreas carentes, com base nos incentivos da área do Conanda – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, até 1% do imposto de renda, autorizados pelo governo do presidente Fernando Henrique no último mês de julho.
- Desenvolver o esporte de alto rendimento a partir da base, inclusive pela recuperação e modernização das instalações em universidades federais, com destaque para os centros de excelência esportiva existentes. Um novo centro de alto rendimento multiesportivo será instalado, com o objetivo principal de melhorar a performance do Brasil nas olimpíadas.

- Investir na captação de eventos internacionais, como os Jogos Sul-Americanos de 2006, os Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Olímpicos de 2012 e a Copa do Mundo de 2010 ou 2014.
- Estimular o desenvolvimento do esporte como empresa, por intermédio da criação de incentivos para o investimento privado, começando pela adequada implantação da Lei de Responsabilidade Esportiva, que ensinará a gestão do esporte em moldes empresariais e a maior geração de empregos no setor.
- Valorizar os profissionais de educação física, cujo número hoje se eleva à casa de 250 mil, mediante oferta de cursos de reciclagem e formação de sua carreira.
- Viabilizar a concessão de bolsa-atleta a jovens que demonstrem especial talento em determinada prática esportiva, com base nos recursos da Lei Piva e em parceria com as secretarias estaduais e municipais de esporte.

Compromisso com a causa jovem

Dois terços dos presos do sistema penitenciário têm entre 18 e 24 anos. Cerca de 28 mil entre 12 e 21 anos cumprem penas em unidades para adolescentes. Aumentam os casos de gravidez precoce, uso e dependência de drogas e traumatismos e mortes violentas entre jovens. São os jovens que mais matam e mais morrem em acidentes de trânsito. A cada ano, 1,3 milhão de jovens procuram ingressar no mercado de trabalho, mas boa parte deles encontram dificuldades por falta experiência ou qualificação.

Como foi visto no capítulo da educação, a atenção ao jovem será prioritária: mais e melhor ensino médio, mais e melhor ensino profissionalizante, maiores chances de acesso à universidade. Mas o Governo José Serra irá além. Promoverá um salto adiante na qualidade das políticas voltadas para a juventude, proporcionando-lhes um órgão adequado de formulação, coordenação e avaliação na estrutura da administração federal. O jovem não deve ser problema, mas parte da solução dos nossos problemas.

Caberá àquele órgão acompanhar as ações setoriais e promover iniciativas específicas de interesse dos jovens:

- Difundir em todo o país iniciativas como o programa Meu Primeiro Trabalho, introduzido no Estado de São Paulo e adotado em outros estados.
- Estimular a criação de “empresas jovens”, facilitando o aprendizado do empreendedorismo e o acesso a linhas de crédito com recursos do FAT, do Banco do Povo, do BNDES e do BNB, dos estados, dos municípios e do Sebrae.
- Formular, a partir da experiência do Universidade Solidária, o Projeto Jovem Brasil, que organizará grupos de estudantes do ensino médio e do universitário para dar ajuda voluntária a municípios e comunidades pobres na implementação de seus projetos de desenvolvimento integrado.

- Criar um sistema de incentivo à participação do jovem em trabalhos sociais, programas de esporte, cultura e qualificação, oferecendo prêmios como créditos, bolsas, estágios, viagens, ingressos para eventos culturais e esportivos.
- Definir, com a participação de organizações da juventude, uma Agenda Jovem nacional, a ser incorporada no próximo Plano Plurianual de Investimentos, e estimular estados e municípios a fazerem o mesmo em seus sistemas de planejamento.

Mulheres: muitos direitos a mais

Na luta por seus direitos, a mulher brasileira superou a fase de mera contestação da discriminação. A soma de esforços das próprias mulheres, dos movimentos por direitos humanos e iniciativas do governo federal, nos últimos anos, proporcionou avanços importantes no sentido da igualdade efetiva e da parceria entre homens e mulheres por uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Ampliou-se o acesso da mulher à saúde, à educação e ao treinamento profissionalizante. A presença da mulher em posições de liderança nos movimentos sociais e na política aumentou, embora aquém do desejável. O papel da mulher dentro da família passou a ser melhor reconhecido e valorizado. O pagamento de benefícios sociais do governo federal, como a Bolsa-Escola e a Bolsa-Alimentação, feito diretamente às mães, é um exemplo concreto desse reconhecimento.

Outras iniciativas do governo Fernando Henrique, várias delas tomadas a partir de gestões do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, impactaram positivamente a condição feminina. Em maio de 2002, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, com status ministerial, incorporando as funções consultivas do CNDM. A atenção à mulher teve grande prioridade na gestão de José Serra no Ministério da Saúde: campanha do câncer de colo de útero, vacinação contra a rubéola, substancial melhora no atendimento à gestante e ao parto, inclusive de alto risco.

Persistem, contudo, formas de discriminação e deficiências no atendimento social às necessidades especiais da mulher em seus múltiplos papéis e etapas da vida. Ainda há barreiras à entrada da mulher na política e em certos campos de ensino e trabalho; ao conhecimento do próprio corpo; à tomada de decisões sobre a reprodução; ao pleno exercício de seus direitos civis, incluindo o direito à proteção do Estado contra todas as formas de violência.

A fim de consolidar os avanços alcançados pelas mulheres e enfrentar as discriminações e limitações que permanecem, o Governo José Serra centrará esforços nas seguintes medidas:

- Intensificar as ações de informação e prevenção da gravidez na adolescência.
- Ampliar a oferta de atendimento físico e psicológico, pela rede pública de saúde, às vítimas de violência sexual.

- Incentivar a participação de mulheres nas comissões e conselhos municipais de programas federais.
- Incentivar a presença de mulheres no Executivo, inclusive com o estabelecimento de cotas nos órgãos em que se verificarem distorções no acesso a cargos de chefia.

As seguintes ações serão enfatizadas no campo específico do combate à violência:

- Reforçar a prevenção e combate ao tráfico, abuso e exploração sexual de meninas, adolescentes e jovens.
- Garantir às mulheres vítimas de violência o direito de serem atendidas por mulheres em Delegacias de Polícia, Instituto Médico-Legal e outros órgãos destinados à sua proteção.
- Apoiar a implantação de casas-abrigo em todos os estados e nos municípios mais populosos.
- Apoiar a capacitação de policiais estaduais para lidar com casos de violência de gênero e doméstica.
- Incluir o tema da violência de gênero no projeto Paz na Escola, do Ministério da Justiça, e no programa TV Escola.

Uma unidade permanente de análise e planejamento de gênero será criada na estrutura de gestão do PPA, no Ministério do Planejamento, estreitamente articulada com a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. Sua incumbência será garantir que a preocupação com os direitos da mulher perpassa os diferentes programas e ações do governo federal, inclusive a coleta, sistematização e divulgação de indicadores e índices estatísticos desagregados por sexo e raça.

Proteção integral à criança

A queda da mortalidade infantil e a universalização do acesso à escola das crianças de 7 a 14 anos são indicativos dos progressos feitos pelo Brasil para por em prática o princípio da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, estabelecido na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Iniciativas do governo do presidente Fernando Henrique, como o FUNDEF, a Bolsa-Alimentação, a Bolsa-Escola e o Programa de Saúde da Família, foram grandes passos nesse sentido.

O Governo José Serra terá por referência as recomendações da IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de novembro de 2001. Para avançar mais na qualidade do gasto e na integração das ações do governo e da sociedade, a aplicação dos recursos deverá ser mais regular ao longo do ano. Além das ações em saúde, educação, cultura, esporte e assistência social, tratadas em outras partes deste documento, será enfatizado o apoio federal a iniciativas de proteção da criança e do adolescente em situações de risco.

Violência sexual

- Promover ações preventivas e de conscientização da opinião pública, com campanhas publicitárias do governo e em parceria com entidades privadas; garantir atendimento especializado no Sistema Único de Saúde – SUS às vítimas de violência consumada.

Trabalho infantil

- Reforçar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, melhorando a qualificação dos parceiros não-governamentais na execução; intensificar as ações de fiscalização e responsabilização dos exploradores de trabalho infantil.

Adolescente infrator

- Engajar os municípios na execução de programas sócio-educativos em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), com participação da Defensoria Pública, Judiciário, conselhos de direitos e tutelares.

Os conselhos de direitos, conselhos tutelares e fundos estaduais e municipais serão fortalecidos, na medida em que são o melhor instrumento com que contam o governo e a sociedade para garantir a integração das ações e a qualidade do gasto em favor da criança e do adolescente.

Qualidade de vida para os idosos

A participação dos idosos na população brasileira vem aumentando. É um desafio para o Brasil e será um compromisso do Governo José Serra proporcionar aos idosos melhor qualidade de vida, incluindo o direito a uma participação social gratificante para eles próprios e para a coletividade. Em sua gestão à frente do Ministério da Saúde, José Serra introduziu os medicamentos genéricos e a vacinação gratuita contra a gripe para os idosos, reduziu impostos sobre remédios de uso continuado e ampliou em quase dez vezes o Programa de Saúde da Família.

O Plano Social do Governo José Serra enfatizará, entre outras, as seguintes medidas em favor dos idosos:

- Assegurar a cobertura do Sistema Único de Saúde para a atenção integral aos idosos, incluindo ações específicas de prevenção (vacinação), assistência oftalmológica (catarata) e odontológica (próteses). O número de dentistas no Programa de Saúde da Família será reforçado para atendimento aos idosos.
- Instituir programa de compra subvencionada, pelo Ministério da Saúde, de medicamentos de uso contínuo para enfermidades como hipertensão, diabetes, mal de Parkinson, osteoporose, reumatismo, gota e glaucoma.
- Expedição, pela Previdência Social, do Passaporte da Terceira Idade, de validade nacional, para acesso gratuito ou subvencionado a transportes, atividades de lazer, turismo, atividades culturais, compra subvencionada de medicamentos, prioridade na marcação de consultas médicas e exames laboratoriais, entre outros.

- Apoiar a difusão do Disque-Idoso, que já existe em algumas capitais, proporcionando informações atualizadas nas mais diversas áreas, desde postos de atendimento geriátrico até orientação jurídica.
- Facilitar o acesso do idoso a cursos especiais, programas de reciclagem profissional, acesso a novas tecnologias de uso corrente, como a internet, e conhecimentos sobre o processo de envelhecimento.
- Estimular o trabalho voluntário do idoso por meio de “bancos de talentos” administrados por entidades da sociedade civil, onde haverá o registro e o contato das pessoas idosas que desejem trabalhar como voluntárias em empresas, Terceiro Setor ou movimento social, com suas respectivas habilidades, experiências, conhecimentos, recursos e potencialidades.

A população negra

País que tem a segunda maior população negra do mundo, o Brasil continua a carregar o peso da herança escravocrata. Esse passado deixou marcas de discriminação racial, profundas e inaceitáveis, que só muito recentemente começaram a ser apagadas. Dentre elas se destacam as barreiras para acesso dos afro-descendentes às oportunidades de trabalho e educação.

O Governo José Serra levará adiante uma política sistemática de inclusão dessa parcela da sociedade, que representa hoje 45% da população brasileira. Para isso, expandirá as iniciativas de ação afirmativa implantadas, recentemente, no âmbito de vários ministérios, onde já se estabeleceram cotas de vagas para afro-descendentes nos concursos públicos. Critérios semelhantes serão exigidos das empresas fornecedoras do governo federal que participem de licitação pública. Incentivará, também, a adoção desse caminho pelos governos estaduais, prefeituras e a iniciativa privada.

As etnias indígenas

Até a Constituição de 1988, a legislação brasileira fundava-se na noção de que os índios são incapazes e deviam submeter-se à tutela do Estado. O Governo José Serra vai empenhar-se pela aprovação do novo Projeto de Estatuto das Sociedades Indígenas, entregue pelo governo federal ao Congresso em abril de 2000, que se baseia na defesa da cidadania plena, no respeito à identidade étnica e no apoio aos projetos das populações nativas para o futuro.

Essa legislação consolidará um novo padrão de relacionamento entre os índios, o Estado e a sociedade nacional. Garantirá que a proteção aos índios se dê com base no reconhecimento de seu diferencial cultural, e não mais na falsa premissa de sua inferioridade.

Além disso, o Governo José Serra vai enfatizar a presença dos povos indígenas na agenda social, tornando mais efetiva a garantia de seus direitos, principalmente os que dizem respeito à sustentação econômica e

ambiental, sempre levando em consideração as peculiaridades étnicas, culturais e lingüísticas de cada grupo.

A demarcação de terras indígenas, que avançou nos últimos anos com um ritmo sem precedentes, prosseguirá e se combinará a um esforço ampliado de fiscalização dos limites das terras indígenas e do uso auto-sustentado de seus bens naturais.

Na gestão de José Serra, o Ministério da Saúde assumiu a tarefa de cuidar da saúde dos povos indígenas, antes delegada à Funai – Fundação Nacional do Índio. Para atender adequadamente a 372 mil pessoas espalhadas em 3.187 aldeias pelo país, foram organizados 34 Distritos Sanitários Especiais, cada um deles com ampla participação das comunidades indígenas e das organizações não-governamentais que atuam no setor, através dos Conselhos Locais e Distritais de Saúde Indígena. Um programa de atenção básica, nos moldes do Programa de Saúde da Família, recrutou e treinou agentes de saúde nas próprias comunidades indígenas. Houve expressivos investimentos em saneamento básico. Os resultados foram imediatos. A mortalidade infantil na população indígena caiu de 130 por mil nascidos vivos em 1999 para 57,2 em 2001; a malária foi reduzida em 50% entre 2000 e 2001, e os casos de tuberculose caíram 10%.

Além de manter uma atenção de saúde humanizada e de qualidade, o Governo José Serra terá como meta a redução da mortalidade infantil entre os indígenas para menos de 30 por mil nascidos até 2006, uma queda de 50%. Isso implicará a consolidação dos 34 Distritos, a ampliação das ações de saneamento e dos programas de combate à desnutrição e das demais ações de prevenção e assistência nas áreas indígenas.

Os portadores de necessidades especiais

Os portadores de necessidades especiais constituem um número expressivo no Brasil, são cerca de 23 milhões de pessoas com algum tipo de limitação, incluindo-se as restrições leves, moderadas e severas. Estima-se que 7 milhões deles podem e devem trabalhar.

Há exemplos de serviços públicos e privados com sucesso na incorporação de pessoas portadoras de necessidades especiais em seus quadros. As novas tecnologias permitem expandir as possibilidades de trabalho, especialmente para os que têm dificuldade de se locomover ou expressar, em atividades como comércio eletrônico, editoração, marketing. Para isso eles devem ter cada vez mais acesso à educação.

Para as empresas poderem admitir em seu quadro de pessoal a proporção de portadores de necessidades especiais prevista em lei, que varia de 2% a 5% de acordo com o número de empregados, é necessário:

- Aumentar mais e mais sua escolaridade, expandindo o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais em todos os níveis e, sempre que possível, em escolas regulares.
- Criar canais de diálogo permanente com o setor privado e o Terceiro Setor sobre a necessidade de inserção de portadores de necessidades especiais como uma das faces da responsabilidade social.

Na área da saúde é preciso fornecer serviços compatíveis com as diferentes formas de expressão da deficiência e com as diversas etapas da vida. É garantir qualidade de vida para o deficiente mental em qualquer idade.

As pessoas portadoras de necessidades especiais receberão no Governo José Serra todo o apoio necessário para inserir-se de forma plena e efetiva na sociedade, seja em relação ao acesso à educação, à garantia de reabilitação ou às oportunidades de trabalho.

7. O GOVERNO AO LADO DOS CIDADÃOS

A democratização deu ao Brasil uma Carta de direitos avançada, mas ainda não conseguiu dar ao Estado e à sociedade instrumentos eficazes para garantir que eles sejam respeitados.

Costumes arcaicos e uma legislação defeituosa expõem o processo eleitoral a distorções graves, enfraquecendo os partidos e distanciando o eleitor de seus representantes.

Nos três níveis de governo, uma parte da máquina administrativa continua presa a antigos vícios antidemocráticos, refratária aos princípios da legalidade e impessoalidade do serviço público, atrelada ao clientelismo, vulnerável à corrupção e alheia às necessidades do cidadão comum.

O remédio para as deficiências da democracia brasileira é mais democracia, tanto na política quanto no cotidiano. Isto implica:

- Completar os aperfeiçoamentos da legislação eleitoral e partidária já parcialmente aprovados e estimular junto ao Congresso Nacional e à sociedade o debate de reformas políticas mais amplas.
- Aumentar a presença do Estado como prestador de serviços e garantidor dos direitos dos cidadãos, sobretudo junto às comunidades mais pobres e menos assistidas, tanto no interior quanto nas grandes cidades.

A democracia e os partidos

Bom sistema político é o que garante representação, participação e governabilidade. Preocupada com a representatividade e a participação, a Constituição de 1988 descuidou a governabilidade, sem a qual a democracia não pode consolidar-se. Não criou, assim, as condições institucionais para a superação de alguns dos vícios mais salientes da vida pública no Brasil: o patrimonialismo, o populismo e o corporativismo.

O noticiário dos meios de comunicação, excluídos os exageros e as inverdades, evidencia a persistência do **patrimonialismo**, ou seja, da utilização da administração pública para fins privados, como uma das práticas mais nocivas e resistentes de nossa vida política.

Apesar dos avanços conseguidos nos últimos anos, não se pode afirmar também que o **populismo** tenha sido erradicado das administrações públicas brasileiras. A dificuldade para estabelecer prioridades no gasto público é seu traço mais visível, dele decorrendo o divórcio prático entre as despesas governamentais e as receitas disponíveis.

Quanto ao **corporativismo**, é patente a capacidade mantida por determinados segmentos organizados de apresentarem seus interesses particulares como sendo interesses do conjunto do país. Essas corporações defendem seus interesses empresariais, regionais e setoriais com argumentos patrióticos, ou os privilégios de áreas do funcionalismo e de empresas públicas com justificativas sociais.

Tais vícios decorrem, em grande medida, da busca de sustentação parlamentar e social por parte de governos pressionados pela ausência de partidos programáticos, unidos e fortes.

Há pessoas que não gostam de partidos. Mas é importante sublinhar que não há nenhuma democracia avançada, nenhum país civilizado do mundo, que não tenha partidos fortes. Reformar a política brasileira significa, portanto, basicamente, aperfeiçoar o sistema de nossas eleições para fortalecer nossa estrutura partidária.

Um conjunto de projetos aprovados pelo Senado Federal, em tramitação na Câmara dos Deputados, introduz aperfeiçoamentos importantes na legislação eleitoral e partidária. Entre esses aperfeiçoamentos, cabe destacar:

- O financiamento das campanhas eleitorais passa a ser feito exclusivamente com fundos públicos, com critérios objetivos de distribuição dos recursos entre os partidos.
- A representatividade de cada partido na Câmara dos Deputados, para efeito das prerrogativas regimentais, passa a ser determinada pelo número original de deputados eleitos pela legenda, sem levar em conta as mudanças de partido depois da eleição. Isso desestimula as trocas de partido.
- Amplia-se o tempo de filiação exigido para concorrer a eleições por um partido, o que representa um desestímulo adicional à troca de legendas.
- O voto é dado em listas partidárias, elegendo-se os candidatos na ordem de inscrição, embora seja mantida a possibilidade de o eleitor assinalar o nome de sua preferência dentro da lista.
- É vedado o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão aos partidos que não tenham abrangência nacional, o que desestimula a manutenção das chamadas legendas de aluguel.
- São proibidas as coligações entre partidos nas eleições proporcionais.

O Governo José Serra estimulará o debate no Congresso Nacional e na sociedade sobre esses projetos e sobre a necessidade de reformas mais amplas, como a adoção do voto distrital misto para a eleição de deputados.

Um choque de eficiência e transparência no Executivo

O avanço da cidadania aumenta a exigência de mais e melhores serviços públicos, não só nas áreas mais carentes. Pobres, ricos ou remediados, os brasileiros estão cada vez mais conscientes de que as obras e serviços entregues pelo governo não representam nenhum favor, mas a retribuição devida do muito que pagam em impostos e taxas. Onde a infra-estrutura e os serviços estão ausentes, o cidadão-contribuinte cobra investimentos básicos. Aonde o básico já chegou, ele quer mais: quer qualidade.

O cidadão tem direito de receber do Estado um atendimento pelo menos tão bom quanto o que está acostumado a exigir como cliente de empresas privadas. A estabilidade da moeda, a responsabilidade fiscal e a modernização da máquina administrativa conseguidas nos últimos anos

prepararam o Estado brasileiro para atender às novas exigências da sociedade.

Serviços públicos com qualidade

Os avanços registrados pelo Brasil nas áreas de educação, saúde, previdência e assistência social trazem algumas lições fundamentais:

- Descentralização é a chave para a boa execução de políticas públicas, principalmente políticas sociais, num país extenso e heterogêneo. Como regra geral, a União deve cuidar da coordenação das políticas, deixando a execução para os estados, municípios e entidades não-governamentais.
- Controles sociais eficazes são indispensáveis para que a descentralização funcione bem. Os controles formais do Estado não garantem os resultados do gasto, se na ponta não houver cidadãos atentos e organizados para cobrar.
- Os brasileiros não só querem mais e melhores serviços públicos, como aprendem de forma espantosamente rápida a usar o que há de mais moderno para acessar as informações e serviços de que necessitam, como demonstram as declarações do imposto de renda via internet ou o voto em urnas eletrônicas. Graças a essa agilidade e às iniciativas do governo, já somos um dos países mais adiantados do mundo em governo eletrônico.

O Governo José Serra levará o Brasil ao salto adiante desejado na disponibilidade e qualidade dos serviços públicos, promovendo a disseminação das experiências bem sucedidas e a introdução de formas novas e mais eficazes de conjugar descentralização, controles sociais e governo eletrônico. Para tanto, as ações do governo se nortearão pelas seguintes linhas:

- Consolidar as bases legais e administrativas de um verdadeiro **federalismo cooperativo**, aprimorando ou, quando for o caso, criando regras claras e eficazes de integração das ações da União, estados e municípios na formulação, financiamento, execução e avaliação das políticas públicas.
- Facilitar a cooperação entre municípios na execução de serviços e obras de interesse comum, tanto nas regiões metropolitanas quanto no interior, promovendo para esse fim as mudanças necessárias na legislação federal. Será estudada e eventualmente proposta a criação de um nível de governo intermediário entre estado e município, o **distrito de serviços**, a exemplo do condado em outros países.
- Fortalecer e aprimorar a participação dos **conselhos locais** no acompanhamento dos programas federais.
- Buscar a integração na ponta das ações federais, estaduais e municipais, em torno das prioridades indicadas pela comunidade local a partir de uma visão de conjunto de suas próprias carências e recursos. As experiências bem sucedidas do programa Comunidade Ativa mostram que esse tipo de estratégia de **desenvolvimento local integrado e**

sustentável, além de mais democrático, é capaz de aumentar muito a eficácia do gasto público.

- Multiplicar, em parceria com os estados e municípios, os pontos de atendimento onde o cidadão tem acesso a um amplo leque de serviços, informações e documentos públicos.
- Ampliar as atividades e criar mecanismos de acesso e respostas rápidas da Ouvidoria da União, criada recentemente, para o recebimento de denúncias e reclamações sobre o atendimento dos órgãos da administração federal e de programas e entidades que recebam recursos federais.

Governo eletrônico

As novas tecnologias de informação e comunicação começam a mostrar seu potencial para revolucionar, no sentido democrático, a relação governo-cidadão. O Governo José Serra tratará de acelerar a assimilação dessas tecnologias pela administração federal, estados e municípios e, sobretudo, pela sociedade, fazendo do governo eletrônico um elemento-chave de sua política de democratização do acesso aos serviços públicos e melhora de sua qualidade. Nesse sentido, o Governo José Serra atuará para:

- Colocar na internet, num prazo de dois anos, todas as informações e serviços dos órgãos federais que sejam relevantes para o cidadão. Uma parcela desses serviços já está disponível, atualmente.
- Expandir o uso do cartão magnético e implantar o número único de identificação do cidadão, fornecido com a certidão de nascimento, para facilitar o acesso a todos os benefícios e o pagamento de todas as contribuições sociais federais.
- Disponibilizar, além de serviços, informação sobre toda aplicação de recursos orçamentários ou financiamento destinado a cada região, estado ou município, desburocratizando a tramitação e facilitando o controle social dessas transferências.
- Integrar progressivamente os serviços pela internet e as rotinas administrativas que lhes dão suporte, atravessando as fronteiras entre órgãos e níveis de governo.

O objetivo final dessas medidas é que o cidadão possa encontrar na mesma página da internet, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, todos os serviços essenciais a cada fase de sua vida, da consulta médica pré-natal à requisição de aposentadoria, sejam esses serviços federais, estaduais ou municipais.

Prioridades específicas

- Na área de emprego, a meta é interligar, no prazo de um ano, os bancos de dados de todas as unidades do SINE, disponibilizando no mesmo portal da internet informações sobre oportunidades de emprego e de treinamento em todo o país e permitindo o encaminhamento de currículo e marcação de entrevista.

- Na segurança pública, o governo federal dará forte apoio aos estados para a implantação e disseminação de sistemas de informação integrados ao INFOSEG. Além de apoiar as ações da Polícia e do Ministério Público, esses sistemas permitirão ao cidadão registrar ocorrências policiais pela internet.
- Na área da saúde, será priorizada a implantação da Rede Nacional de Informações sobre Saúde - RNIS - e do Cartão SUS, dando acesso instantâneo ao registro histórico de saúde do paciente e permitindo um melhor controle dos gastos.
- Na educação, todas as escolas públicas e bibliotecas estarão ligadas à internet até 2006, conforme meta já definida no atual governo.
- Na defesa do consumidor, um portal da internet, interligando todos os Procons, entrará no ar no início do futuro governo, unificando nacionalmente o registro e a consulta às listas de empresas com pendências.

Universalização do acesso

- Multiplicar as formas alternativas de acesso à internet – terminais em órgãos públicos, agências dos Correios, bancos e empresas prestadoras de serviços, escolas, sindicatos, associações comunitárias – para a grande maioria de brasileiros que ainda não tem um computador pessoal em casa ou no trabalho.
- Integrar todos os órgãos da administração federal a uma central de atendimento telefônico, que dará acesso aos serviços e informações disponibilizados na internet.

Controle do gasto público

Um choque de eficiência na administração pública será o maior desafio para conciliar as estratégias econômicas e fiscais. A diretriz será prestar mais e melhores serviços públicos, absorvendo a mesma carga de tributos extraídos da sociedade e, se possível, reduzindo-a.

O Governo José Serra se empenhará, com particular atenção, em três metas voltadas para reduzir custos e aumentar o controle da sociedade sobre as contas e coisas públicas, a serem implantadas até 2006:

- Ampliar o pregão eletrônico **Compras.Net**, até que inclua todas as compras de bens pelo governo federal e crescentemente serviços, de modo que, se for mantida a economia atual (redução média de 25% nas compras realizadas), tal modalidade poderá liberar mais de R\$ 3 bilhões por ano para custear outros gastos federais.
- Criar **Obras.Net**, para apresentar todos os projetos de investimentos realizados ou apoiados pelo governo federal, detalhando responsáveis, custos, metas e evolução, bem assim convênios concedidos por região e localidade.
- Apoiar programas de modernização dos governos estaduais e municipais e dos demais poderes, em particular da Justiça, para criação de uma rede

nacional de serviços, conectando todos os órgãos públicos em um portal único de modo a desburocratizar e dar transparência total à administração pública.

8. FRONTEIRAS PROTEGIDAS

A afirmação dos valores democráticos contra as ameaças da guerra, do terrorismo e do crime que não respeita fronteiras pautará a política do Governo José Serra no campo da defesa nacional.

Num mundo mais integrado e ameaçado por antigas e novas formas de conflito, é imprescindível que as Forças Armadas brasileiras melhorem seu equipamento e o treinamento de seus efetivos para cumprir a missão constitucional de defender nossa soberania e nossas fronteiras.

A criação do Ministério da Defesa situou a defesa nacional no contexto adequado na estrutura do Estado brasileiro. Ela é, em última análise, uma política pública, um serviço que o governo federal assegura aos cidadãos. A responsabilidade pela estabilidade das instituições cabe aos Poderes constituídos nos três níveis da Federação e aos cidadãos. Já a defesa do Estado nacional contra os riscos externos cabe, enfaticamente, às instituições militares. Coerentemente com essa definição, as Forças Armadas têm expressado um compromisso muito claro com o regime democrático, com a soberania nacional e com a preservação da integridade do território brasileiro.

O Presidente da República abrirá espaço adequado em sua agenda para a defesa nacional, tendo em vista sua relevância para os interesses estratégicos do país. E estimulará os demais Poderes, especialmente o Legislativo, a que se aprofundem no conhecimento e no acompanhamento das decisões sobre os temas específicos dessa área.

Os objetivos prioritários do Governo José Serra na área da defesa nacional são indicados a seguir.

Diretrizes gerais

- Consolidar as funções e estruturas do Ministério da Defesa, que vem cumprindo com êxito sua fase de implantação.
- Atualizar a doutrina militar e a política de cada uma das Forças Armadas, à luz da política de defesa nacional definida em 1996, cuja revisão deve ser concluída ainda neste ano.
- Ampliar parcerias do Ministério da Defesa e das Forças Armadas com as universidades para a formação de recursos humanos civis e militares e o desenvolvimento de projetos científico-tecnológicos de interesse da defesa nacional.
- Enfatizar a importância da estratégia de presença na Amazônia, considerando os riscos derivados da situação colombiana.
- Reforçar os vínculos sub-regionais de cooperação militar na América do Sul (Mercosul-Cone Sul, Pacto Andino, Amazônia), sem prejuízo das relações bilaterais.

- Aprofundar os atuais programas de cooperação tecnológica de natureza civil e militar, como nas áreas de telecomunicações e satélites com a China.

Tecnologia para a defesa

- Atualizar a tecnologia e acelerar a renovação de equipamentos militares, inclusive com a participação dos centros de pesquisa e da indústria nacionais.
- Estimular *joint ventures* entre a indústria privada e a Marinha para a construção de navios, nos moldes das que foram feitas pela Aeronáutica, dando início à Embraer.

Valorização das Forças Armadas

- Dar continuidade aos programas prioritários das três Forças singulares: a construção e modernização de embarcações e o programa nuclear da Marinha; o reaparelhamento do Exército e da Força Aérea; o Programa Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia.
- Valorizar a carreira militar de modo a manter a capacidade das Forças Armadas de atrair pessoas talentosas.
- Introduzir informações sobre a carreira militar no ensino médio, no âmbito do programa de orientação para escolha de profissões.
- Dar continuidade ao apoio das Forças Armadas a programas sociais em áreas de difícil acesso, particularmente na região amazônica. Construir mais navios-hospitais, com o apoio da Petrobrás, para ampliação do atendimento às populações ribeirinhas.
- Ampliar a contribuição social das unidades militares, em especial no apoio às políticas públicas dos municípios, como na área de esportes.

9. PAZ, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO

Neste início do século XXI, assinalado pela exacerbação da competição econômica e das disputas entre as nações, é importante que o governo federal, que representa o Brasil, desenvolva uma forte ação diplomática em defesa da paz e do multilateralismo, do desenvolvimento de todas as nações e do comércio mundial sem protecionismos e sem discriminações.

O mundo, apesar de mais globalizado e interdependente, continua sendo feito de nações soberanas, com suas diferenças e seus interesses próprios. O Brasil continuará participando da globalização, mas não renunciará à defesa de suas próprias idéias e aspirações.

Os princípios fundamentais da política externa brasileira, consagrados na Constituição Federal, abrangem, entre outros, a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção nos assuntos internos de outros países, a igualdade entre os Estados, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, a defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos.

O Brasil tem uma sólida tradição diplomática, implementada pelo Itamaraty e reforçada, nos últimos anos, pela diplomacia pessoal do presidente da República. O Brasil obteve, recentemente, importantes vitórias diplomáticas, como na 4ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Doha, no Catar, em novembro de 2001. A OMC reconheceu que o direito das pessoas à vida e à saúde se sobrepõe às patentes dos laboratórios e que, portanto, os governos nacionais têm o direito de tomar medidas para proteger a saúde de suas populações, inclusive o licenciamento compulsório para a produção de remédios patenteados, se isso se tornar necessário.

No momento atual, preocupam o Brasil os focos de conflitos armados, acesos no cenário internacional, e a posição contraditória dos países desenvolvidos, que pregam a abertura dos mercados das nações em desenvolvimento, mas fecham os seus para proteger uma agricultura ineficiente e setores industriais desatualizados.

A inserção internacional do Brasil – país industrial e agrícola, de grande potencial científico e tecnológico e que desfruta de uma vasta base de recursos naturais e de uma riquíssima biodiversidade – não pode ser conformista, nem limitada a uma única dimensão, seja regional, seja temática. No plano das relações políticas, o Brasil tem interesse numa ordem internacional justa, baseada nos princípios de um autêntico multilateralismo e no respeito à identidade dos Estados. No plano das relações comerciais, como país em desenvolvimento, tem interesse em fortalecer o livre comércio e o sistema multilateral, em torno da Organização Mundial do Comércio, lutando ao mesmo tempo para corrigir as injustiças e distorções herdadas de rodadas de negociações anteriores.

Com essa visão abrangente, os objetivos prioritários do Governo José Serra no plano internacional serão:

- Manter um nível aprofundado de interlocução com governos, organismos internacionais, blocos e agrupamentos regionais, formadores de opinião, mídia e sociedade civil, de modo a reforçar a ação externa do governo, elevar o perfil da presença brasileira nos grandes centros de decisão e procurar influir na definição das regras ordenadoras do sistema mundial, combatendo o unilateralismo político e econômico.
- Intensificar os laços tradicionais com nossos vizinhos da América do Sul, visando à construção de um espaço integrado de paz, democracia e desenvolvimento. Com esse propósito, insistir na construção de uma aliança estratégica com a Argentina e buscar ter um papel construtivo no encaminhamento pacífico do conflito interno da Colômbia. Persistir também nas ações voltadas para a integração rodô-ferroviária, energética e de comunicações entre os países da região, e reforçar os esforços comuns de combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional.
- Dar especial atenção, no plano mais amplo da América Latina, às relações com o México e com os países da América Central e do Caribe, empenhando-se para aprofundar a cooperação hemisférica e valorizando o papel da Organização dos Estados Americanos.
- Manter as relações com os Estados Unidos, com a União Européia e com o Japão no padrão de maturidade, confiança e busca de convergência, tratando de aprofundar os interesses e afinidades, seja no plano político, seja no plano econômico, e insistindo na eliminação das restrições impostas ao acesso de nossos produtos aos mercados desses países.
- Intensificar os laços políticos, econômicos e culturais com a Rússia e, na Ásia, entre outros países, com a China e a Índia, com vistas, entre outros objetivos, a aprofundar os esforços em defesa da paz, do multilateralismo e do livre comércio.
- Adotar uma postura mais ativa, com o propósito de aprofundar a presença brasileira no continente africano e os laços de cooperação, em particular com a África do Sul e com os países de língua portuguesa.
- Manter, no Oriente Médio, o apoio à criação de um Estado Nacional Palestino, sem que isso altere o respaldo brasileiro ao Estado de Israel e a seu direito de existir dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.
- Intensificar as relações do Brasil com os países árabes, inclusive com os da região do Golfo.
- Manter colaboração firme na luta internacional contra o terrorismo, tratando, ao mesmo tempo, de sensibilizar as lideranças mundiais para que as preocupações com o tema da segurança não requeam a plano secundário os objetivos do desenvolvimento econômico e social dos povos, ou o compromisso com os direitos humanos.

- Defender com firmeza a reforma das instâncias decisórias da comunidade internacional, de modo a assegurar a participação dos países em desenvolvimento no encaminhamento das grandes questões internacionais. Nesse sentido, a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com aumento dos assentos permanentes e não-permanentes, continua a ser um imperativo e o Brasil se considera apto a cumprir as responsabilidades que lhe venham a caber em um Conselho de Segurança reformado, que passe a ter condições de maior legitimidade e representatividade. O fortalecimento da ONU, seja no que toca aos direitos humanos ou ao meio ambiente, seja no que diz respeito ao desarmamento e à punição de crimes contra a humanidade, por meio de Tribunal Internacional, exigirá a colaboração atuante, entre outros países, do Brasil.
- Participar de operações de paz, organizadas pelas Nações Unidas, com vistas a contribuir para a estabilidade internacional e para o restabelecimento da independência e da autodeterminação das nações, como no caso do Timor.
- Ampliar e aperfeiçoar as atividades de assistência consular do Ministério das Relações Exteriores a mais de 1 milhão e meio de brasileiros que emigraram do Brasil nos últimos anos, para viver e trabalhar nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e em outros países.

No plano das relações econômicas internacionais, o Governo José Serra dedicará especial atenção a dois desafios:

- Levar adiante a construção do Mercosul, dando prioridade, nas atuais circunstâncias, à conclusão da zona de livre comércio e flexibilizando a união alfandegária, com o propósito de permitir que os países membros possam fazer acordos de livre comércio com terceiros países.
- Prosseguir nas negociações da Alca, adotando uma postura cautelosa e guiando-se pelo interesse nacional. Não há razão para o Brasil proceder a uma abertura, no plano hemisférico, maior do que a que estará apto a fazer no plano mundial, a menos que haja contrapartidas muito claras e palpáveis. Para o Brasil, a questão fundamental situa-se nos mecanismos de proteção não-tarifária e estes mecanismos têm que ser objeto de debate e de definições comuns no âmbito das negociações da Alca.

10. UM PROJETO CHAMADO BRASIL

Estas são, portanto, as principais mudanças que Governo José Serra fará:

- O Plano Social, que vai fazer pelas pessoas o que o Plano Real fez pela economia.
- A segurança contra o crime e a violência.
- A aceleração do crescimento com estabilidade para aumentar as oportunidades de trabalho e os recursos destinados ao Plano Social.
- A reforma política, para consolidar partidos programáticos, unidos e fortes.
- Uma atuação diplomática firme pela paz, pelo desenvolvimento e pelo comércio sem protecionismo.

Essas mudanças não são peças desconexas. São novos passos do projeto de um Brasil democrático, soberano, desenvolvido e justo, pelo qual José Serra batalha há tantas décadas. O Brasil pode e deve transformar-se numa das nações proeminentes do mundo no século 21, para o bem de seu povo e para a construção de uma ordem internacional pacífica, multilateral e mais justa.

Uma nação não é apenas um território desenhado num mapa, uma bandeira que se hasteia de vez em quando, um hino que se canta desajeitadamente, uma língua que todos entendem. Uma nação é sobretudo um povo que se une em torno de um projeto histórico, ao mesmo tempo generoso e viável, e com garra e entusiasmo persevera no projeto que escolheu, supera os obstáculos e avança.

Despedindo-se do Ministério da Saúde, o então ministro José Serra disse:

“Existem dificuldades no Brasil, não há dúvida. Então, em primeiro lugar, é necessário saber quais são. Em segundo, é preciso descobrir as soluções e colocar as boas idéias no papel. Em terceiro, é preciso tirar as idéias do papel e materializá-las de maneira competente e rápida. Em quarto lugar, nesse esforço, não deve faltar disposição para topar brigas e conflitos.”

Ainda no mesmo discurso, referindo-se a sua atuação à frente do Ministério da Saúde, José Serra destacou:

“Tratamos de somar forças. Aliás, devo dizer modestamente que essa é minha característica na vida pública. Tenho horror de perder tempo dividindo, batendo boca, fazendo caraminholações, alimentando tititis. A idéia sempre é somar. É ver o melhor que cada um pode dar de si e trazer esse melhor para o trabalho comum.”

As boas idéias do Programa do Governo José Serra estão postas. Somemos forças para tirá-las do papel.